



**Montepio** Investimento

## **RELATÓRIO E CONTAS 2014**

**Montepio Investimento, S.A.**

**Sede Social** Rua Júlio Dinis, 157 Apartado 4573 4050-323 Porto

**Capital Social** € 180.000.000 Cons. Reg. Com. do Porto e Pes. Colect. N.º 505 087 286

## ÍNDICE

1. Nota Introdutória
  2. Órgãos Sociais
  3. Mensagem do Presidente
  4. Enquadramento Macroeconómico
  5. Atividade em 2014
  6. Análise financeira
  7. Proposta de Aplicação dos Resultados
  8. Nota Final
  9. Declaração dos Membros do Conselho de Administração
- Demonstrações Financeiras e Notas às Demonstrações Financeiras
- Certificação Legal e Relatório de Auditoria
- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
- Anexos
- Participações dos Membros dos Órgãos de Administração
  - Participações Qualificadas
  - Ações Próprias



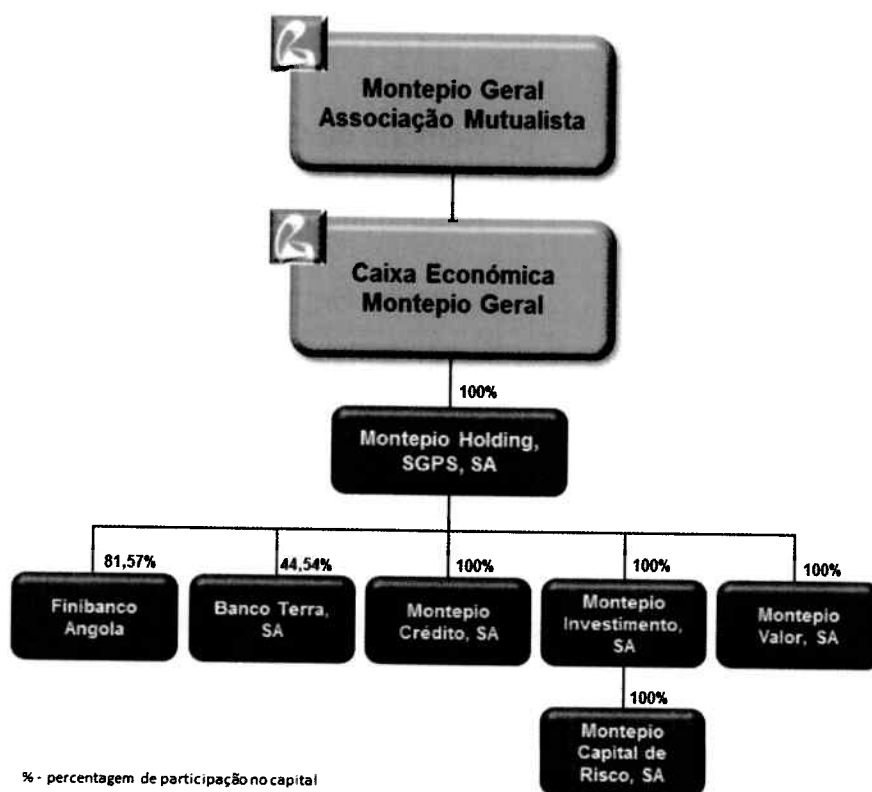
## 1. Nota Introdutória

O Montepio Investimento, S.A. resulta da alteração da denominação do Finibanco, S.A., ocorrida em 12 de Julho de 2013, sendo integralmente detido pelo Montepio Holding, SGPS, S.A. (ex-Finibanco Holding, SGPS, S.A.), entidade totalmente detida pela Caixa Económica Montepio Geral (CEMG).

Esta entidade pertence ao grupo Montepio desde dezembro de 2010, na sequência da aquisição da totalidade do capital do ex-Finibanco Holding, SGPS, S.A. pelo Montepio Geral Associação Mutualista, tendo sido alienado à CEMG em 31 de março de 2011.

Decorrente desta operação, o Montepio Investimento, S.A. (ex-Finibanco, S.A.) trespasseou à CEMG os ativos e passivos de banca de retalho, ou seja, as carteiras de crédito a clientes e de depósitos de clientes, passando o seu balanço a ser constituído pelas disponibilidades, pelos ativos financeiros, pelos imóveis, essencialmente resultantes das resoluções de crédito, pelo crédito em contratos de locação financeira (*leasing*), mobiliária e imobiliária, bem como pelos passivos e provisões associados e pelos elementos do ativo imobilizado que suportam a atividade de *leasing*.

Desde 31 de março de 2011, o Montepio Holding, SGPS, S.A. e o Montepio Investimento, S.A. encontra-se integrado no grupo CEMG.



## 2. Órgãos Sociais

### Mesa da Assembleia Geral

<b>Presidente</b>	António Joaquim de Matos Pinto Monteiro
<b>Vice-Presidente</b>	Pedro Canastra de Azevedo Maia
<b>Secretário</b>	Mário Paulo Ramos Caetano Pereira

### Conselho de Administração

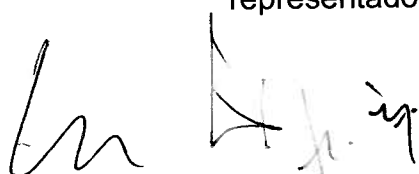
<b>Presidente</b>	António Tomás Correia
<b>Vogais</b>	José Carlos Sequeira Mateus
	Pedro Nuno Coelho Pires
	Pedro Miguel de Almeida Alves Ribeiro
	Luís Filipe dos Santos Costa

### Conselho Fiscal

<b>Presidente:</b>	Norberto da Cunha Junqueira Fernandes Pilar
<b>Vogal Efetivo:</b>	António Monteiro de Magalhães
<b>Vogal Efetivo:</b>	Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes
<b>Vogal suplente:</b>	Pedro Miguel Dias Venâncio

### Revisor Oficial de Contas (efetivo)

KPMG & Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. n.º189  
representado por Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho, ROC n.º 1.081



### 3. Mensagem do Presidente

2014 foi um ano particularmente desafiante para a economia e para o setor bancário. Apesar da conclusão do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), o país continua ainda a enfrentar os efeitos das medidas de austeridade e de consolidação orçamental, que têm limitado o crescimento económico.

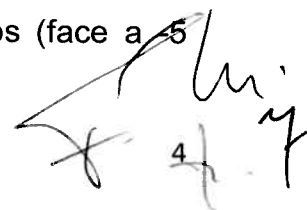
Não obstante, observaram-se sinais de alguma melhoria dos indicadores económicos, embora ainda ténues, com o PIB a registar um ligeiro crescimento de 0,9%, mas, mantendo-se elevadas taxas de desemprego e de endividamento. A taxa de desemprego atingiu um nível historicamente elevado, de 13,5% no final de 2014.

Nos mercados financeiros assistiu-se igualmente a um ano desafiante. O índice acionista de referência em Portugal, o PSI 20, decresceu 26,8%, refletindo a turbulência dos diversos setores que o compõem e as débeis condições das empresas portuguesas. A política monetária expansionista levada a cabo pelo Banco Central Europeu teve como principal consequência uma baixa generalizada dos indexantes dos contratos de crédito e das taxas de juro, que já atingiram patamares negativos nalguns prazos, penalizando desse modo a rentabilidade das aplicações.

A juntar a este quadro desafiante e exigente, as autoridades continuaram a solicitar ao sistema bancário um esforço acrescido ao nível de capital e de liquidez, com a implementação dos requisitos de Basileia III (Diretiva 2013/36/UE e do Regulamento EU n.º 575/2013 - CRD IV/CRR) e o processo de construção da União Bancária Europeia.

O Montepio Investimento (MI) iniciou em 2014 um novo ciclo da sua existência, assumindo-se como o banco de investimento do grupo Caixa Económica Montepio Geral, particularmente vocacionado para o segmento *corporate* e de institucionais. A autonomização e o reforço das estruturas próprias do MI em 2014 permitiram dinamizar a atividade, que contribuiu para proporcionar o alargamento da oferta de serviços financeiros do grupo, orientada para a satisfação das necessidades dos segmentos referidos e, obter níveis de crescimento do balanço, da margem financeira, das comissões, do produto bancário muito significativos.

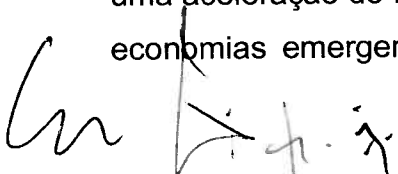
Esses crescimentos permitiram ao MI aportar valor ao grupo, tendo obtido, em 2014, um expressivo resultado líquido do exercício de 23,5 milhões de euros (face a 5 milhões de euros em 2013).



#### 4. Enquadramento Macroeconómico

Após três anos de recessão, a economia portuguesa regressou ao crescimento, ainda que a um ritmo lento, em 2014, num ano que ficou marcado pela conclusão, em maio, do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) acordado em 2011 com a *troika*. Em 2014, registou-se o primeiro crescimento em termos médios anuais do PIB (+0,9%), embora ténue, depois de ter contraído durante três anos até 2013 (-1,4%). Perspetiva-se uma aceleração da retoma para 1,7% em 2015. O setor da construção continuou bastante pressionado, com o VAB a contrair 3,5% em 2014, não obstante o regresso aos crescimentos trimestrais no 2.º trimestre de 2014. O processo de ajustamento orçamental continuou ao longo do ano de 2014, com o défice a ficar nos 4,5%, abaixo da meta oficial de 4,8% e dos 4,8% observados em 2013, e com os primeiros dados de execução orçamental para 2015 (até abril) a não permitirem, desde já, afastar o cumprimento da meta para o total do ano (2,7%). A taxa de desemprego situou-se em 13,5%, no final de 2014 (13,9% em termos médios anuais), abaixo dos 16,2% observados em 2013, mas tratando-se ainda de um valor historicamente alto. A inflação foi de -0,3% em 2014, que compara com +0,3% de 2013, sendo que, excetuando o ano de 2009 (-0,8%), trata-se da primeira situação de inflação negativa desde 1954 (-1,9%), em grande medida devido à queda dos preços dos produtos energéticos (-1,4%).

Em abril de 2015, o FMI veio prever um crescimento da economia mundial de 3,5% em 2015 (idêntico ao previsto em janeiro), em ligeira aceleração face aos 3,4% estimados para 2014, com este comportamento a refletir uma aceleração nas economias avançadas, de 1,8% para 2,4%. Por outro lado, a atividade nas economias emergentes deverá desacelerar ligeiramente, de 4,6% para 4,3%. O FMI continua a perspetivar uma aceleração das economias avançadas este ano, impulsionado pela expectativa de os EUA crescerem 3,1%, um valor que poderá ser agora ligeiramente otimista face ao mau arranque de ano desta economia (*grosso modo* estabilizou). Na Zona Euro, depois de um 2.º e 3.º trimestres de 2014 mais frágeis, o FMI reconhece que o crescimento está a demonstrar sinais de recuperação, apoiado pelo preço mais baixo do petróleo, juros mais baixos e o euro mais fraco, apontando para um crescimento anual de 1,5% em 2015, em linha com as nossas previsões (estimamos uma aceleração do PIB em cadeia no 1.º trimestre do ano, de +0,3% para +0,5%). Nas economias emergentes, o cenário do FMI antecipa um crescimento mais lento, na

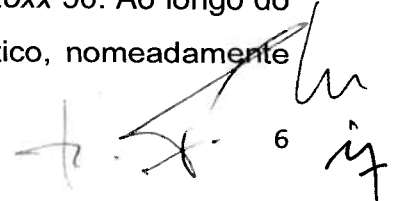


medida em que sendo muitos deles exportadores de *crude*, tal significa uma diminuição da receita. A América Latina, e o Brasil em especial, sofrem ainda com a descida dos preços de outras matérias-primas, secas, políticas monetárias mais restritivas e menor confiança do setor privado. A juntar a estes fatores, há ainda a considerar as tensões geopolíticas (designadamente entre a Rússia e a Ucrânia) e o desejo da China controlar o crescimento do crédito no país, podendo travar o avanço do investimento imobiliário.

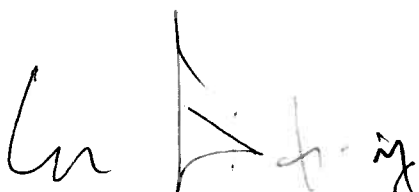
Em termos de política monetária, a Reserva Federal (Fed) terminou em outubro o seu programa de compra de ativos, depois de três rondas de *Quantitative Easing* (QE), afirmando na última reunião de 2014 que será paciente quanto ao momento em que subirá os juros. Em sentido inverso, o BCE adotou ao longo do ano várias medidas, colocando a *refi rate* num novo mínimo histórico de 0,05% e a taxa de depósitos num valor negativo (-0,20%), anunciando, em simultâneo, um conjunto de medidas não convencionais, com destaque para as *targeted longer-term refinancing operations* – TLTRO e para os programas de compra de títulos de dívida titularizada (*Asset-Backed Securities* – ABS) e de *covered bonds* (CBPP3), essencialmente obrigações hipotecárias. Já em 2015 (na reunião de 22 de janeiro), a autoridade decidiu lançar um plano alargado de compra de ativos, no âmbito de um programa de QE. A implementação do QE tem estado a decorrer sem problemas e a um ritmo em linha com o valor anunciado, de 60 mil milhões de euros por mês, com o BCE a realçar que existem claras evidências que as medidas de política monetária colocadas em prática estão a ser efetivas. Esta postura tem um efeito descendente sobre as taxas de juro de mercado, que tenderá a afetar negativamente a margem financeira das instituições bancárias e a rendibilidade dos seus ativos.

### **Mercados Financeiros**

Ao nível dos mercados financeiros, o sentimento foi positivo ao longo de 2014, num contexto de lançamento de novos estímulos por parte do BCE, do Banco do Japão e, mais no final do ano, do Banco Popular da China. Assistiram-se a movimentos positivos nos índices acionistas dos EUA, Índia, China e Japão e, tendencialmente, negativos na Europa, à exceção de alguns países, nomeadamente, da Alemanha e de Espanha, que acabaram por suportar uma ligeira subida do *Eurostoxx 50*. Ao longo do ano, o sentimento de mercado foi penalizado pelo risco geopolítico, nomeadamente



pela crise entre a Ucrânia e a Rússia e pela contínua tensão no Médio Oriente. Os *spreads* da dívida pública dos chamados países periféricos face ao *bund* diminuíram (com exceção da Grécia), beneficiando sobretudo da postura expansionista do BCE e de uma melhoria da conjuntura económica e da execução orçamental desses países. É de realçar a evolução dos *spreads* de Portugal e Espanha, que diminuíram em 2014, respetivamente, 206 p.b. e 115 p.b. no prazo de 10 anos, atingindo níveis mínimos históricos. No mercado monetário, as taxas *Euribor* registaram mínimos em todos os prazos, largamente potenciadas pelos cortes de taxas do BCE, tendo a *refi rate* descido 20 p.b. em 2014. No mercado cambial, a taxa de câmbio efetiva nominal do euro diminuiu 5,0%, depois de ter atingido, em meados de março de 2014, níveis máximos desde junho de 2011, refletindo, essencialmente, o lançamento dos novos estímulos monetários por parte do BCE.





## 5. Atividade em 2014

Após os trabalhos de integração das entidades do ex-grupo Finibanco e os devidos estudos de planificação e preparação de um novo modelo organizacional de negócio, foi definido que o banco Finibanco, S.A. seria orientado para o desenvolvimento da atividade de banca de investimento, no sentido de completar o leque de oferta do grupo CEMG dirigida aos segmentos das empresas, para concretizar a estratégia de diversificação transversal da atividade, dos mercados e das origens de proveitos.

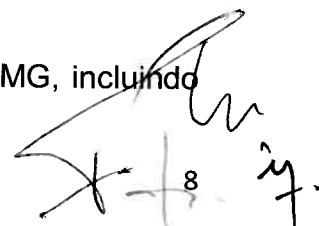
Em julho de 2013, o Finibanco, S.A. passou a designar-se por Montepio Investimento, S.A., identificando-se assim, claramente, com o grupo CEMG e com a área de negócio em que irá operar. O arranque definitivo da nova fase do Montepio Investimento, como entidade do grupo orientada para os segmentos de empresas *corporate* e instituições, teve início em 2014.

A visão estratégica definida para o Montepio Investimento, S.A., assenta num modelo legalmente autónomo, com enfoque nas vertentes de corporate finance, assessoria financeira / fusões e aquisições, negócio internacional, intermediação financeira e estudos, que garante uma intervenção especializada e complementa a oferta disponibilizada pelas restantes empresas do grupo CEMG.

Em outubro de 2014, foi constituída a sociedade Montepio – Capital de Risco, S.C.R., S.A. detida integralmente pelo Montepio Investimento, com um capital social de 250 milhares de euros.

Na atividade desenvolvida em 2014 destaca-se:

- A atuação como *co-arranger* e *co-lead manager* na organização e coordenação de um empréstimo obrigacionista para a José de Mello Saúde no montante de 50 milhões de euros;
- O apoio na análise à operação de financiamento da Privatização da EGF (SUMA) e posterior apoio ao nível da estruturação da operação/participação da CEMG;
- A assessoria financeira a processos de avaliação de empresas em setores diversos como a agricultura, indústria alimentar, mineração, floresta, turismo, transportes e energia;
- O apoio em processos de reestruturação financeira de clientes da CEMG, incluindo negociação com restantes credores.



## 6. Análise financeira

Em 2014, o ativo líquido do Montepio Investimento registou um acréscimo em 186,3 milhões de euros, situando-se em 407,7 milhões de euros, sendo que a rubrica «ativos financeiros disponíveis para venda» observou um aumento de 196,5 milhões de euros, totalizando 286,1 milhões de euros. O peso desta rubrica no ativo líquido aumentou de 40,5% em 2013 para 70,2% no final de 2014, refletindo um crescimento em títulos de dívida pública, que passaram a corresponder a 56,6% do peso total desta rubrica, enquanto o peso dos títulos representados por unidades de participação reduziu para 34,5%. O crédito a clientes passou a ter um peso de 18,9%, sendo que o «crédito a clientes (bruto)» composto, à data, exclusivamente por operações de *leasing* mobiliário e imobiliário, era de 96,9 milhões de euros, traduzindo um decréscimo de 15,0 milhões de euros face a 2013. O financiamento da atividade continuou a ser sustentado por recursos de outras instituições de crédito, que registaram um crescimento de 199,6 milhões de euros, em paralelo com o aumento do ativo.

O produto bancário do Montepio Investimento perfez 34,9 milhões de euros em 2014, traduzindo-se num aumento de 34,3 milhões de euros, justificado pelo bom desempenho dos «resultados de ativos financeiros disponíveis para venda» (26,6 milhões de euros). A margem financeira foi de 8,7 milhões de euros, que compara com 3,8 milhões de euros no período homólogo, refletindo o decréscimo do custo de financiamento e o contributo positivo da carteira de títulos de dívida pública. As comissões com operações de assessoria financeira atingiram 1,6 milhões de euros em 2014, depois de terem sido virtualmente nulas em 2013, marcando o primeiro ano de atividade efetiva do Montepio Investimento, como entidade orientada para empresas *corporate* e instituições.

As provisões do exercício ascenderam a 7,2 milhões de euros, das quais 4,9 milhões de euros relativos à carteira de crédito e 2,2 milhões de euros à carteira de títulos. Os custos operacionais situaram-se 2,4 milhões, registando um aumento de 1,6 milhões de euros em resultado do reforço do quadro de pessoal que permitiu um desenvolvimento da atividade em 2014.

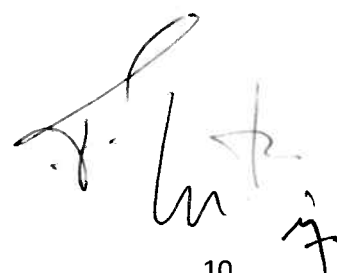
O resultado líquido do Montepio Investimento foi de 23,5 milhões de euros em 2014, face a um resultado negativo de 5 milhões de euros em 2013.

Em 2014, a CEMG cedeu créditos ao Fundo de Reestruturação Empresarial, FCR, no montante de 17,3 milhões de euros. No entanto, foi o Montepio Investimento S.A. que



adquiriu as unidades de participação associadas a esta cedência. Ainda em 2014, a CEMG adquiriu ao Montepio Investimento, S.A., 10 000 unidades de participação no Fundo de Reestruturação Empresarial, FCR por 8,8 milhões de euros.

O Montepio Investimento, SA detinha a 31 dezembro de 2014, um total de 3 280 322 Unidades de Participação do Fundo de Participação da CEMG, correspondentes à titularidade de 1,64% do respetivo do Fundo de Participação da CEMG. Neste valor estão incluídas 3 080 011 Unidades de Participação, correspondentes à titularidade de 1,54% do Fundo, ao abrigo do contrato de liquidez celebrado. Mais se informa que, de acordo com o artigo 8.º dos Estatutos da CEMG, as Unidades de Participação não conferem aos seus titulares quaisquer direitos de voto.



## 7. Proposta de Aplicação dos Resultados

Propõe-se que o resultado do exercício de 2014 do Montepio Investimento, S.A. de 23 529 825,08 euros seja levado a resultados transitados.

## 8. Nota final

A concluir o presente Relatório, queremos salientar a postura de diálogo e de cooperação, que nos cumpre agradecer, sempre evidenciada pelas diversas entidades e autoridades com que o Montepio Investimento se relaciona, particularmente pelas autoridades monetárias e financeiras.

Queremos, ainda expressar os nossos agradecimentos aos restantes Órgãos Sociais, Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal, pela colaboração nunca regateada, bem como ao Revisor Oficial de Contas, KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pelo apoio que nos disponibilizaram.



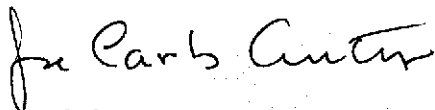
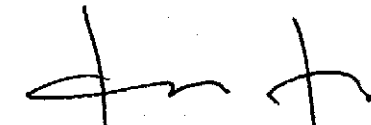
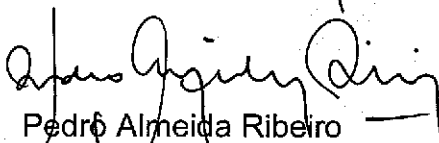
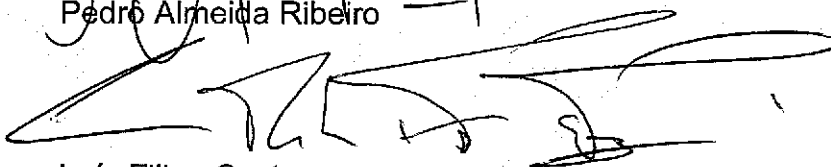
## 9. Declaração dos Membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Montepio Investimento, S.A. declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão e as contas anuais relativas ao exercício de 2014, expõem fielmente a evolução da atividade, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação líquida e dos resultados do Montepio Investimento, S.A..

Mais declara ainda que este relatório e contas expõe fielmente a evolução da atividade, o desempenho e a posição económico-financeira do Montepio Investimento, S.A., bem como os principais riscos e incertezas com que se defronta.

Porto, 27 de Abril de 2015

O Conselho de Administração

  
José Carlos Mateus  
Pedro Coelho Pires  
Pedro Almeida Ribeiro  
Luís Filipe Costa

## **Demonstrações Financeiras e Notas às Demonstrações Financeiras**

in  
y  
t

## **Demonstrações Financeiras e Notas às Demonstrações Financeiras**

**Montepio Investimento, S.A.**

**Demonstrações Financeiras  
Individuais**

**31 de Dezembro de 2014 e 2013**

*Abril de 2015*

*Este relatório contém 71 páginas*



# Montepio Investimento, S.A.

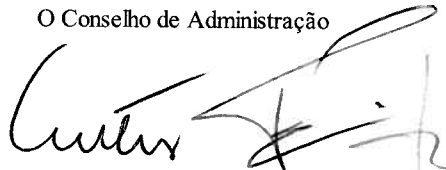
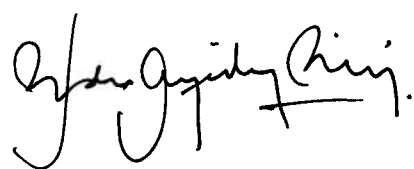
## Balanço em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	2014	2013
<b>Activo</b>			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	13 080	6 409
Crédito a clientes	16	76 961	96 767
Activos financeiros detidos para negociação	17	2 757	-
Activos financeiros disponíveis para venda	18	286 101	89 626
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	19	274	-
Activos não correntes detidos para venda	20	19 869	17 712
Outros activos tangíveis	21	17	-
Activos por impostos diferidos	22	4 348	6 541
Outros activos	23	4 325	4 363
Total do Activo		<u>407 732</u>	<u>221 418</u>
<b>Passivo</b>			
Recursos de outras instituições de crédito	24	200 006	410
Responsabilidades representadas por títulos	25	7 208	50 424
Provisões	26	994	1 441
Passivos por impostos correntes		865	-
Outros passivos	27	9 781	12 103
Total do Passivo		<u>218 854</u>	<u>64 378</u>
<b>Capitais Próprios</b>			
Capital	28	180 000	180 000
Reservas de reavaliação	30	4 393	( 3 915)
Outras reservas e resultados transitados	29 e 30	( 19 045)	( 14 088)
Resultado líquido do exercício		23 530	( 4 957)
Total dos Capitais Próprios		<u>188 878</u>	<u>157 040</u>
		<u>407 732</u>	<u>221 418</u>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

# Montepio Investimento, S.A.

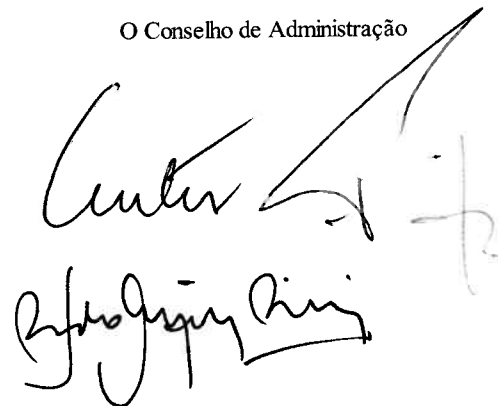
## Demonstração dos Resultados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	2014	2013
Juros e rendimentos similares	3	10 604	4 705
Juros e encargos similares	3	( 1 919)	( 890)
Margem financeira		8 685	3 815
Rendimentos de serviços e comissões	4	1 643	-
Encargos com serviços e comissões	4	( 19)	( 3)
Resultados de activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5	( 101)	-
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	6	26 642	( 1 679)
Resultados de alienação de outros activos	7	( 950)	( 1 717)
Outros resultados de exploração	8	( 989)	162
Total de proveitos operacionais		34 911	578
Custos com pessoal	9	524	77
Gastos gerais administrativos	10	1 920	747
Total de custos operacionais		2 444	824
Imparidade de crédito	11	4 948	1 311
Imparidade de outros activos financeiros	12	2 219	2 173
Imparidade de outros activos	13	522	( 105)
Outras provisões	14	( 447)	351
Resultado operacional		25 225	( 3 976)
Impostos			
Correntes	22	2 978	1 534
Diferidos	22	( 1 283)	( 553)
Resultado liquido do exercicio		23 530	( 4 957)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



# Montepio Investimento, S.A.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa para os anos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Euros)

	2014	2013	
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>			
Juros recebidos	10 604	4 705	1
Comissões recebidas	1 643	-	2
Pagamento de juros	( 1 919)	( 890)	3
Pagamento de comissões	( 19)	( 3)	4
Despesas com pessoal e fornecedores	( 4 425)	8 012	5
Outros pagamentos e recebimentos	3 191	( 5 149)	7
Impostos	( 9 379)	-	7.1
	<u>( 304)</u>	<u>6 675</u>	
<b>(Aumentos) / diminuições de activos operacionais</b>			
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	14 858	19 727	8
Outros activos	( 2 641)	( 3 651)	9
	<u>12 217</u>	<u>16 076</u>	
<b>(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais</b>			
Recursos para com instituições de crédito	199 596	410	11
	<u>199 596</u>	<u>410</u>	
	<u>211 509</u>	<u>23 161</u>	
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
(Compra) / venda de activos financeiros de negociação	( 2 757)	-	14
(Compra) / venda de activos financeiros avaliados a justo valor através de resultados	( 101)	-	15
(Compra) / venda de activos financeiros disponíveis para venda	( 160 268)	( 53 378)	16
(Compra) / venda de activos investimentos em associadas	( 274)	-	19
Aquisição de imobilizações	( 17)	-	22
	<u>( 163 417)</u>	<u>( 53 378)</u>	
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Emissão de obrigações de caixa e títulos subordinados	70 000	55 000	25
Reembolso de obrigações de caixa e títulos subordinados	( 113 000)	( 30 000)	26
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	1 579	( 123)	27
	<u>( 41 421)</u>	<u>24 877</u>	
Variação líquida em caixa e equivalentes	6 671	( 5 340)	
Caixa e equivalentes no início do período			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6 409	11 749	
Caixa e equivalentes no fim do exercício (Nota 15)	<u>13 080</u>	<u>6 409</u>	

# Montepio Investimento, S.A.

Demonstração das alterações dos Capitais Próprios  
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total dos capitais próprios	Capital	Reserva legal	Reservas de reavaliação	Reservas de reavaliação legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>164 867</b>	<b>180 000</b>	<b>7 807</b>	<b>(1 046)</b>	<b>1</b>	<b>24 599</b>	<b>(54 569)</b>	<b>8 075</b>
Alterações de justo valor (nota 31)	(4 081)	-	-	(4 081)	-	-	-	-
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas (nota 22)	1 211	-	-	1 211	-	-	-	-
Resultado do exercício	(4 957)	-	-	-	-	-	-	(4 957)
Constituição de reservas								
Reserva legal (nota 29)	-	-	807	-	-	-	-	(807)
Outras reservas (nota 30)	-	-	-	-	-	-	7 268	(7 268)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>157 040</b>	<b>180 000</b>	<b>8 614</b>	<b>(3 916)</b>	<b>1</b>	<b>24 599</b>	<b>(47 301)</b>	<b>(4 957)</b>
Alterações de justo valor (nota 31)	11 784	-	-	11 784	-	-	-	-
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas (nota 22)	(3 476)	-	-	(3 476)	-	-	-	-
Resultado do exercício	23 530	-	-	-	-	-	-	23 530
Aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	(4 957)	4 957
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>188 878</b>	<b>180 000</b>	<b>8 614</b>	<b>4 392</b>	<b>1</b>	<b>24 599</b>	<b>(52 258)</b>	<b>23 530</b>
<b>DP's Montepio Investimento:</b>	<b>188 878</b>	<b>180 000</b>	<b>8 614</b>	<b>4 392</b>	<b>1</b>	<b>24 599</b>	<b>(52 258)</b>	<b>23 530</b>



**Montepio Investimento, S.A.****Demonstração Individual do Rendimento Integral  
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013**

(valores expressos em milhares de Euros)

	Nota	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Items que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados</b>			
Reserva de justo valor			
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	30	11 784	(4 081)
Impostos diferidos	22 e 30	(3 476)	1 211
<b>Outro rendimento integral do exercício depois de impostos</b>		<u>8 308</u>	<u>(2 870)</u>
Resultado líquido do exercício		23 530	(4 957)
<b>Total de rendimento integral do exercício</b>		<u><u>31 838</u></u>	<u><u>(7 827)</u></u>

  
20

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**- NOTAS EXPLICATIVAS**

**(Páginas 9 a 71)**

*Handwritten signature*

# Montepio Investimento, S.A.

## Notas às Demonstrações Financeiras Individuais 31 de Dezembro de 2014

### 1 Políticas contabilísticas

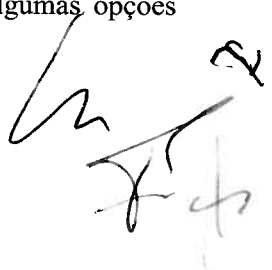
#### a) Bases de apresentação

O Montepio Investimento, S.A. (adiante designado “Montepio Investimento” e anteriormente denominado Finibanco, S.A.) é uma sociedade anónima de capitais privados, com sede social no Porto, constituída por escritura pública outorgada em 28 de Junho de 2001 no Cartório Notarial de Vale de Cambra, actualmente com o capital social de Euros 180.000.000 representada por 180.000.000 acções nominativas, tituladas, e cujo objecto social é a realização de todas as operações permitidas aos bancos.

No decurso do exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista, accionista único da Caixa Económica Montepio Geral (“CEMG”), procedeu à aquisição de 100% do capital do Montepio Holding, S.G.P.S., S.A. (anteriormente denominado Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.) accionista único do Montepio Investimento, através de uma Oferta Pública de Aquisição no montante de Euros 341.250.000.

Em 31 de Março de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista alienou a participação detida no Montepio Holding, S.G.P.S., S.A. à CEMG. No âmbito da alteração da estrutura do Grupo decorrente desta aquisição, em 4 de Abril de 2011, o Montepio Investimento alienou à CEMG um conjunto de activos e passivos (excluindo os imóveis propriedade do Montepio Investimento e adquiridos por este em resultado de aquisições em reembolso de crédito próprio e os contratos de locação financeira (mobiliária e imobiliária) em que o Montepio Investimento é locador financeiro, bem como todos os passivos e provisões associadas, e os elementos do activo imobilizado que suportam materialmente a actividade de locação financeira). Em 12 de Julho de 2013, o Finibanco, S.A. alterou a sua designação para Montepio Investimento, S.A..

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, as demonstrações financeiras do Montepio Investimento são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') em vigor e adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos n.º 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal ('NCA's'). As NCA's incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ('IFRIC') e pelos respectivos órgãos antecessores com excepção dos aspectos já referidos definidos nos Avisos n.º 1/2005 e n.º 4/2005 do Banco de Portugal: i) valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se manterá o actual regime, ii) benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19 e iii) restrição de aplicação de algumas opções previstas nas IAS/IFRS.



As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Montepio Investimento em 27 de Abril de 2015. As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros arredondados ao milhar mais próximo.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respectiva versão vigente.

As demonstrações financeiras do Montepio Investimento para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as NCA's emitidas pelo Banco de Portugal e em vigor nessa data.

O Montepio Investimento adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2014, conforme referido na nota 34.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo CEMG e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros activos financeiros e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Activos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda (*disposal groups*) são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos activos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA's requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados política contabilística descrita política contabilística descrita na nota 1 r.

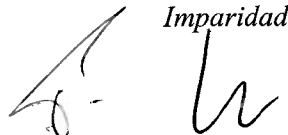
## **b) Crédito a clientes**

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Montepio Investimento para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Montepio Investimento expiram; ou (ii) o Montepio Investimento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

*Imparidade*





Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 a), o Montepio Investimento aplica nas suas contas individuais as NCA's pelo que, de acordo com o definido nos n.º 2 e 3 do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal aplicado pelo Montepio Investimento nos exercícios anteriores, como segue:

*Provisão específica para crédito concedido*

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objecto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pelo Montepio Investimento tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos n.º 3/95 de 30 de Junho, n.º 7/00 de 27 de Outubro e n.º 8/03 de 30 de Janeiro.

*Provisão para riscos gerais de crédito*

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho, Aviso n.º 2/99 de 15 de Janeiro e Aviso n.º 8/03 de 30 de Janeiro, do Banco de Portugal.

*Provisão para risco país*

A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da Instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, do Boletim de Normas e Instruções do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de Outubro de 1998, ao disposto no número 2.4 da referida Instrução.

*Anulação contabilística de créditos ("write-offs")*

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspectiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, e desde que de acordo com o Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal a classe de mora associada ao incumprimento determine uma provisão de 100%, pela utilização de perdas de imparidade.

**c) Instrumentos financeiros**

*(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente*

**1) Activos financeiros disponíveis para venda**

Os activos financeiros disponíveis para venda detidos com o objectivo de serem mantidos pelo Montepio Investimento, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados numa outra categoria de activos financeiros. Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções. Os activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por

contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda” da demonstração dos resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva em margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

## 2) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos-valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de operações financeiras no momento em que ocorrem.

### (ii) Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade. Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas do Montepio Investimento, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de um ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como activos financeiros disponíveis para venda aumente e esse aumento possa ser objectivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A recuperação das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda é registada como mais-valia em reservas de justo valor quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

## d) Investimentos em subsidiárias e associadas

Os investimentos em subsidiárias e associadas são contabilizados nas demonstrações financeiras individuais do Montepio Investimento ao seu custo histórico deduzido de quaisquer perdas por imparidade.

Subsidiárias são entidades (incluindo veículos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Montepio Investimento. O Montepio Investimento controla uma entidade quando está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade dos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa

apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

#### *Imparidade*

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas por imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

#### **e) Activos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação**

Os activos não correntes, grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) e operações descontinuadas são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e passivos e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Montepio Investimento também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como activos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações descontinuadas e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Montepio Investimento classifica igualmente em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo Montepio Investimento.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

#### **f) Locação financeira**

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do

capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

#### **g) Reconhecimento de juros**

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de activos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Montepio Investimento procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspectos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

#### **h) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões**

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam; ou
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.



Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

**i) Resultados de operações financeiras (Resultados de activos financeiros disponíveis para venda)**

O Resultado de operações financeiras reflecte as mais ou menos-valias das alienações de activos financeiros disponíveis para venda.

**j) Outros activos tangíveis**

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Montepio Investimento. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Outras activos tangíveis	4 a 10

Sempre que exista uma indicação de que um activo fixo tangível possa ter imparidade, é efectuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse activo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de activos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

**k) Activos intangíveis**

*Software*

O Montepio Investimento regista em activos intangíveis os custos associados ao *software* adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 3 anos. O Montepio Investimento não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*.

*Outros activos intangíveis*

O valor recuperável dos activos intangíveis sem vida útil finita registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

**l) Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

**m) Offsetting**

Os activos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando o Montepio Investimento tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

**n) Transacções em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

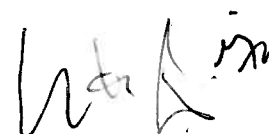
**o) Impostos sobre lucros**

O Montepio Investimento está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("CIRC"). Adicionalmente são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.



Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Montepio Investimento procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

#### **p) Relato por segmentos**

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitas a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é uma componente identificável do Montepio Investimento que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes. Desta forma, tendo em conta a actividade do Montepio Investimento, não se considera relevante apresentar o reporte por segmentos de negócio.

Substancialmente a actividade do Montepio Investimento desenvolve-se em Portugal pelo que não se considera relevante apresentar o reporte por segmento geográfico.

#### **q) Provisões**

São reconhecidas provisões quando (i) o Montepio Investimento tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

#### **r) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas**

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Montepio Investimento são analisadas nos

parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Montepio Investimento e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Montepio Investimento poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Montepio Investimento e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

#### *Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda*

O Montepio Investimento determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Montepio Investimento avalia, entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros. De acordo com as políticas do Montepio Investimento, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de um ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Montepio Investimento.

#### *Perdas por imparidade em créditos a clientes*

O Montepio Investimento efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Montepio Investimento.

#### *Imparidade para investimentos em subsidiárias e associadas*

O Montepio Investimento avalia anualmente o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num exercício posterior.



O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Montepio Investimento.

#### *Impostos sobre os lucros*

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais Portuguesas têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Montepio Investimento durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

## **2 Margem financeira e resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda**

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e dos resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 5 e 6. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados em operações de negociação e de cobertura e em activos financeiros disponíveis para venda, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e para os resultados em operações de negociação e de cobertura e em activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	2014	2013
Margem financeira	8.685	3.815
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(101)	-
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	26.642	(1.679)
	<u>35.226</u>	<u>2.136</u>

### 3 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	2014	2013
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Juros de títulos disponíveis para venda	6 951	-
Outros juros e rendimentos similares	3 631	4 698
Juros de outras aplicações	10	-
Juros de depósitos	12	7
	<u>10 604</u>	<u>4 705</u>
<b>Juros e encargos similares</b>		
Juros de títulos emitidos	1 537	890
Juros de empréstimos	382	-
	<u>1 919</u>	<u>890</u>
Margem Financeira	<u>8 685</u>	<u>3 815</u>

### 4 Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

**Rendimentos de serviços e comissões**

Por serviços bancários prestados  
Outros rendimentos de serviços e comissões

2014	2013
1 642	-
1	-
1 643	-

**Encargos com serviços e comissões**

Por operações realizadas por conta de terceiros  
Outros encargos de serviços e comissões

11	2
8	1
19	3
1 624	( 3)

Resultados líquidos de serviços e comissões

h  
T  
f

## 5 Resultados de activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)			
2014			
	Proveitos	Custos	Total
<b>Activos e passivos financeiros detidos para negociação</b>			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos	5	-	5
Acções	116	( 222)	( 106)
	<u>121</u>	<u>( 222)</u>	<u>( 101)</u>

## 6 Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)						
2014			2013			
Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total	
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>						
De emissores públicos	24 890	70	24 820	-	-	-
De outros emissores	1 986	110	1 876	-	-	-
<b>Títulos de rendimento variável</b>						
Acções	1	55	( 54)	-	-	-
Unidades de participação Nacionais	-	-	-	2	1 681	( 1 679)
	<u>26 877</u>	<u>235</u>	<u>26 642</u>	<u>2</u>	<u>1 681</u>	<u>( 1 679)</u>

A 31 de Dezembro de 2014, a rubrica Obrigações e títulos de rendimento fixo – de emissores públicos diz respeito a mais e menos valias resultantes da alienação de obrigações do tesouro da dívida pública portuguesa.

A 31 de Dezembro de 2013 os custos com títulos de rendimento variável – Unidades de Participação – Nacionais diz respeito ao resultado obtido com o resgate de 2.023.182 unidades de participação no fundo CA Imobiliário – Fundo Especial de Investimento Imobiliário (“FEII”).

## 7 Resultados de alienação de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)					
	2014			2013		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos não financeiros						
Activos não correntes						
detidos para venda	-	235	( 235)	59	1 379	( 1 320)
Activos em locação financeira	373	1 088	( 715)	243	640	( 397)
	373	1 323	( 950)	302	2 019	( 1 717)

## 8 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)			
		2014	2013
<b>Outros proveitos de exploração</b>			
Prestação de serviços		289	233
Reembolso de despesas		567	122
Outros		351	163
		<u>1 207</u>	<u>518</u>
<b>Outros custos de exploração</b>			
Impostos		2 095	159
Fundo de Garantia de Depósitos		18	31
Fundo de Resolução		6	-
Outros		77	166
		<u>2 196</u>	<u>356</u>
Outros resultados líquidos de exploração		<u>( 989)</u>	<u>162</u>

A contribuição específica sobre o sector bancário é estimada de acordo com o disposto na Lei n.º 55-A/2010. A determinação do montante a pagar incide sobre: (i) o passivo médio anual apurado em balanço deduzido dos fundos próprios de base (*Tier 1*) e dos fundos próprios complementares (*Tier 2*) e os depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos; e (ii) o valor nominal dos instrumentos financeiros derivados. A 31 de Dezembro de 2014, o Montepio Investimento reconheceu como custo referente à contribuição específica sobre o sector bancário o valor de 25 milhares de Euros (2013: 24 milhares de Euros), incluído na rubrica Outros custos de exploração – Impostos.

A 31 de Dezembro de 2014, a rubrica Outros custos de exploração – Impostos inclui o montante de 1.433 milhares de Euros, referente ao pagamento de uma liquidação adicional no âmbito de uma acção inspectiva efectuada pela Autoridade Tributária ao Montepio Investimento.

Adicionalmente, a 31 de Dezembro de 2014, a rubrica Outros custos de exploração – Impostos inclui o montante de 26 milhares de Euros (2013: 30 milhares de Euros) relativo ao pagamento do Imposto Único de Circulação (“IUC”) e o montante de 588 milhares de Euros (2013: 70 milhares de Euros) referente a Imposto Municipal sobre Imóveis (“IMI”).

A 31 de Dezembro de 2013, a rubrica Outros custos de exploração – Outros inclui também o montante de 2 milhares de Euros referente a Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis (“IMT”).

## 9 Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	2014	2013
Remunerações	423	65
Encargos sociais obrigatórios	101	12
	<u>524</u>	<u>77</u>

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão (Conselho de Administração) do Montepio Investimento, durante o exercício de 2014 e de 2013, são apresentados como segue:

	2014	2013
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	186	65

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço do Montepio Investimento durante os exercícios de 2014 e 2013, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2014	2013
Direcção e coordenação	1	1

## 10 Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	2014	2013
Rendas e alugueres	149	8
Serviços especializados		
Trabalho independente	138	133
Informática	-	29
Outros serviços especializados	597	362
Conservação e reparação	13	52
Comunicações e expedição	2	-
Seguros	19	51
Deslocações, estadias e despesas de representação	12	7
Água, energia e combustíveis	3	2
Publicidade e publicações	42	1
Outros gastos administrativos	945	102
	<u>1 920</u>	<u>747</u>

## 11 Imparidade de crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	2014	2013
<b>Crédito a clientes</b>		
Dotação do exercício	7 227	6 286
Reversão do exercício	( 2 279)	( 4 975)
	<u>4 948</u>	<u>1 311</u>

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 a), o Montepio Investimento aplica nas suas contas as NCA's, pelo que a rubrica Imparidade do crédito regista a estimativa de perdas incorridas à data do fim do exercício, determinada de acordo com o regime de provisionamento definido pelas regras do Banco de Portugal, conforme a política contabilística descrita na nota 1 b).

## 12 Imparidade de outros activos financeiros

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	2014	2013
<b>Imparidade de outros activos financeiros</b>		
Dotação do exercício	2 219	2 173

A dotação do exercício de imparidade para outros activos financeiros diz respeito à imparidade constituída para o fundo CA Imobiliário – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto.

Em Março de 2014, este fundo foi cindido dando origem ao fundo Carteira Imobiliária - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto.

A 31 de Dezembro de 2014, o Montepio Investimento detém 3.859.614 unidades de participação neste fundo, correspondente a 18,94% do capital do fundo.

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica Imparidade de outros activos financeiros – Dotação do exercício refere-se à imparidade reconhecida para unidades de participação do CA Imobiliário - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto.

## 13 Imparidade de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	2014	2013
<b>Imparidade para activos não correntes detidos para venda</b>		
Dotação do exercício	1 645	1 063
Reversão do exercício	( 1 123)	( 1 829)
	522	( 766)
<b>Imparidade para outros activos</b>		
Dotação do exercício	-	661
	-	661
	522	( 105)



## 14 Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	2014	2013
<b>Provisões para riscos gerais de crédito</b>		
Dotação do exercício	-	124
Reversão do exercício	( 173)	( 359)
	<u>( 173)</u>	<u>( 235)</u>
<b>Provisões para outros riscos e encargos</b>		
Dotação do exercício	-	586
Reversão do exercício	( 274)	-
	<u>( 274)</u>	<u>586</u>
	<u>( 447)</u>	<u>351</u>

## 15 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	(milhares de Euros)	
	2014	2013
Em instituições de crédito no país		
Caixa Económica Montepio Geral	<u>13 080</u>	<u>6 409</u>

## 16 Crédito a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	(milhares de Euros)	
	2014	2013
<b>Crédito interno</b>		
A empresas		
Locação financeira	62 669	78 384
A particulares		
Locação financeira	14 691	17 816
	<u>77 360</u>	<u>96 200</u>
<b>Crédito e juros vencidos</b>		
Menos de 90 dias	1 457	1 313
Mais de 90 dias	18 119	14 432
	<u>19 576</u>	<u>15 745</u>
	<u>96 936</u>	<u>111 945</u>
Imparidade para riscos de crédito	( 19 975)	( 15 178)
	<u>76 961</u>	<u>96 767</u>

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b), o Montepio Investimento passou a abater ao activo apenas os créditos vencidos provisionados a 100% que, após uma análise económica sejam considerados incobráveis por se concluir que não existem perspectivas da sua recuperação.

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentado na nota 31.

A rubrica Crédito a clientes corresponde na sua maioria a contratos de crédito a taxa variável.

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, é apresentada conforme segue:

	(milhares de Euros)				
	<b>Crédito a clientes</b>				
	<b>Até 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>A mais de 5 anos</b>	<b>Indeterminado</b>	<b>Total</b>
Crédito em locação	-	4 217	73 143	19 576	96 936
	<u>-</u>	<u>4 217</u>	<u>73 143</u>	<u>19 576</u>	<u>96 936</u>



A análise do Crédito e juros vencidos, por tipo de crédito, é a seguinte:

	(milhares de Euros)	
	2014	2013
Empresas		
Crédito em locação	16 096	12 520
Particulares		
Crédito em locação	3 480	3 225
	<u>19 576</u>	<u>15 745</u>

A análise do Crédito e juros vencidos, de acordo com o tipo de cliente, é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	2014	2013
Empresas		
Investimento	16 096	12 520
Particulares		
Habitação	2 012	1 723
Consumo	262	304
Outras finalidades	1 205	1 198
	<u>19 575</u>	<u>15 745</u>

Os movimentos de imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	2014	2013
Saldo em 1 de Janeiro	15 178	13 909
Dotação do exercício	7 227	6 286
Reversão do exercício	( 2 279)	( 4 975)
Utilização de imparidade	( 151)	( 42)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>19 975</u>	<u>15 178</u>

O Montepio Investimento apresenta em 31 de Dezembro de 2014 o montante de 682 milhares de Euros de provisões para riscos gerais de crédito (2013: 855 milhares de Euros), as quais de acordo com as NCA's são apresentadas no passivo, conforme referido na nota 26.

Em conformidade com a política do Montepio Investimento, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

O quadro seguinte apresenta por classes de incumprimento, a desagregação da análise de crédito e juros vencidos e a imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2014:

(milhares de Euros)

	Classes de incumprimento					Total
	Até 3 meses	3 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 3 anos	Mais de 3 anos	
Crédito vencido com garantia	1 457	180	1 000	7 194	9 745	19 576
Imparidade existente	1	18	250	6 335	9 639	16 243
Total de crédito vencido	1 457	180	1 000	7 194	9 745	19 576
Total de imparidade para crédito vencido	1	18	250	6 335	9 639	16 243
Total de imparidade por crédito vincendo associado ao vencido e outros	-	-	10	2 843	879	3 732
Total de imparidades para risco de crédito	1	18	260	9 178	10 518	19 975

O quadro seguinte apresenta por classes de incumprimento, a desagregação da análise de crédito e juros vencidos e a imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2013:

(milhares de Euros)

	Classes de incumprimento					Total
	Até 3 meses	3 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 3 anos	Mais de 3 anos	
Crédito vencido com garantia	1 313	258	1 701	6 389	6 084	15 745
Imparidade existente	2	32	428	4 892	6 691	12 045
Total de crédito vencido	1 313	258	1 701	6 389	6 084	15 745
Total de imparidade para crédito vencido	2	32	428	4 892	6 691	12 045
Total de imparidade por crédito vincendo associado ao vencido e outros	-	57	252	2 151	673	3 133
Total de imparidades para risco de crédito	2	89	680	7 043	7 364	15 178

A imparidade para riscos de crédito, por tipo de crédito, é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	2014	2013
Crédito com garantias reais	19 975	15 178

A anulação de crédito por utilização da respectiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

(milhares de Euros)

	2014	2013
Crédito com garantias reais	151	42

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe da imparidade determinada de acordo com a nota 1 b), é apresentado como segue:

(milhares de Euros)

		2014					
		Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base <i>portfólio</i>		Total	
		Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Crédito líquido de imparidade
Crédito a empresas		32 919	5 898	45 537	5 300	78 456	67 258
Crédito a particulares		281	41	18 199	1 751	18 480	16 688
		<u>33 200</u>	<u>5 939</u>	<u>63 736</u>	<u>7 051</u>	<u>96 936</u>	<u>83 946</u>

(milhares de Euros)

		2013					
		Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base <i>portfólio</i>		Total	
		Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Crédito líquido de imparidade
Crédito a empresas		31 211	1 879	59 693	7 600	90 904	81 425
Crédito a particulares		-	-	21 041	2 237	21 041	18 804
		<u>31 211</u>	<u>1 879</u>	<u>80 734</u>	<u>9 837</u>	<u>111 945</u>	<u>100 229</u>

## 17 Activos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	2014	2013
<b>Activos financeiros detidos para negociação</b>		
Títulos		
Acções	<u>2 757</u>	<u>-</u>

A carteira de negociação é valorizada ao justo valor, de acordo com a nota 1 c). Conforme a referida política contabilística, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Conforme disposto na IFRS 13, os activos e passivos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgados por entidades fornecedoras de preços de transacções em mercados líquidos.
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na

valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 13, estes instrumentos estarão categorizados no nível 1.

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 31 de Dezembro de 2014 é apresentada como segue:

	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Superior a 1 ano	Indeterminado	Total
<b>Títulos de rendimento variável</b>					
Acções					
Nacionais	-	-	-	2 757	2 757
Estrangeiros	-	-	-	-	-
Obrigações					
Estrangeiras	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2 757</u>	<u>2 757</u>
Cotados	-	-	-	2 757	2 757

*h*  
*15*  
*42*

## 18 Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

2014					
	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor de balanço	
Custos <sup>(1)</sup>	Positiva	Negativa			
<b>Títulos de rendimento fixo</b>					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	154 305	7 665	-	-	161 970
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	24 590	409	-	-	24 999
	<u>178 895</u>	<u>8 074</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>186 969</u>
Acções					
Nacionais	176	3	-	-	179
Unidades de participação	100 801	314	( 2 162)	-	98 953
	<u>100 977</u>	<u>317</u>	<u>( 2 162)</u>	<u>-</u>	<u>99 132</u>
	<u>279 872</u>	<u>8 391</u>	<u>( 2 162)</u>	<u>-</u>	<u>286 101</u>

<sup>(1)</sup> Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

(milhares de Euros)

2013					
	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor de balanço	
Custos <sup>(1)</sup>	Positiva	Negativa			
<b>Títulos de rendimento variável</b>					
Unidades de participação	97 354	-	( 5 555)	( 2 173)	89 626
	97 354	-	( 5 555)	( 2 173)	89 626

<sup>(1)</sup> Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

Conforme descrito na nota 1 c), a carteira de activos disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado, sendo o respectivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor conforme nota 30. O Montepio Investimento avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda, seguindo os critérios de julgamento descritos na nota 1 r).



Os activos financeiros disponíveis para venda encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado ou *providers* e com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 13, estes instrumentos estarão categorizados por níveis como segue:

	(milhares de Euros)	
	2014	2013
Nível 1	226 379	38 283
Nível 2	59 722	49 307
Nível 3	-	2 036
	<u>286 101</u>	<u>89 626</u>

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	2014	2013
Saldo em 1 de Janeiro	2 173	-
Dotação do exercício	2 219	2 173
Utilização	( 4 392)	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>-</u>	<u>2 173</u>

Conforme descrito na política contabilística descrita na nota 1 c), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada líquida do total da reserva de justo valor e de imparidade. O total de reserva de justo valor para a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é positiva e ascende a 6.229 milhares de Euros (2013: negativa 5.555 milhares de Euros).

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2014 é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Inferior a três meses	Entre 3 meses e 1 ano	Superior a 1 ano	Indeterminado	Total
<b>Títulos de rendimento fixo</b>					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	-	-	161 970	-	161 970
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	-	-	24 999	-	24 999
	-	-	186 969	-	186 969
<b>Títulos de rendimento variável</b>					
Acções					
Nacionais	-	-	-	179	179
Unidades de participação					
Nacionais	-	-	-	86 795	86 795
Estrangeiras	-	-	-	12 158	12 158
	-	-	-	99 132	99 132
	-	-	186 969	99 132	286 101

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2013 é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Inferior a três meses	Entre 3 meses e 1 ano	Superior a 1 ano	Indeterminado	Total
<b>Títulos de rendimento variável</b>					
Unidades de participação					
Nacionais	-	-	-	77 902	77 902
Estrangeiras	-	-	-	11 724	11 724
	-	-	-	89 626	89 626

*W. A. B. ix*

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

(milhares de Euros)

	2014			2013		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
<b>Títulos de rendimento fixo</b>						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	161 970	-	161 970	-	-	-
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	24 999	-	24 999	-	-	-
	<u>186 969</u>	<u>-</u>	<u>186 969</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Títulos de rendimento variável</b>						
Acções de empresas						
Nacionais	179	-	179	-	-	-
Unidades de participação						
Nacionais	86 795	-	86 795	40 319	37 583	77 902
Estrangeiros	12 158	-	12 158	-	11 724	11 724
	<u>99 132</u>	<u>-</u>	<u>99 132</u>	<u>40 319</u>	<u>49 307</u>	<u>89 626</u>
	<u>286 101</u>	<u>-</u>	<u>286 101</u>	<u>40 319</u>	<u>49 307</u>	<u>89 626</u>

## 19 Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	2014	2013
<b>Participações financeiras em filiais</b>		
Montepio - Capital de Risco, S.C.R., S.A.	250	-
Montepio - Gestão de Activos Imobiliários, A.C.E	24	-
	<u>274</u>	<u>-</u>

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de Euros)

	<u>Número de acções</u>	<u>Participação directa no capital</u>	<u>Valor unitário Euros</u>	<u>Custo da participação</u>
<b>31 de Dezembro de 2014</b>				
Montepio - Capital de Risco, S.C.R., S.A.	1 000	100,00%	250,00	250
Montepio - Gestão de Activos Imobiliários, A.C.E	2 449 707	1,00%	1,00	24
				<u>274</u>

Em 9 de Maio de 2014, foi constituído o Montepio - Gestão de Activos Imobiliários, ACE. Neste âmbito, o Montepio Investimento participa neste ACE, com uma percentagem de 1%.

Em 8 de Outubro de 2014, foi constituído o Montepio – Capital de Risco, S.C.R., S.A. Esta sociedade de capital de risco apresenta um capital social de 250 milhares de Euros e é detida integralmente pelo Montepio Investimento.

## 20 Activos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	22 966	20 317
Equipamento	705	675
	<u>23 671</u>	<u>20 992</u>
Imparidade para activos não correntes detidos para venda	( 3 802)	( 3 280)
	<u>19 869</u>	<u>17 712</u>

Os activos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 e).

A rubrica Imóveis e outros activos resultantes de resolução de contratos de crédito sobre clientes resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes, decorrente de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respectiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome do Montepio Investimento; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora.

De acordo com a expectativa do Montepio Investimento, pretende-se que os referidos activos estejam disponíveis para venda num prazo inferior a 1 ano, existindo uma estratégia para a sua alienação. A

referida rubrica inclui imóveis para os quais foram já celebrados Contratos promessa de compra e venda no montante de 1.555 milhares de Euros (2013: 2.410 milhares de Euros).

Os movimentos dos activos não correntes detidos para venda no exercício de 2014, são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Saldo em 1 de Janeiro	20 992	22 181
Aquisições	5 895	3 248
Alienações	( 3 216)	( 4 437)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>23 671</u>	<u>20 992</u>

Os movimentos da imparidade para activos não correntes detidos para venda são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Saldo em 1 de Janeiro	3 280	4 046
Dotações	1 645	1 063
Reversões	( 1 123)	( 1 829)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>3 802</u>	<u>3 280</u>

## 21 Outros activos tangíveis

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	2014	2013
<b>Custos</b>		
Equipamento		
Mobiliário e material	75	75
Máquinas e ferramentas	23	23
Equipamento informático	264	264
Instalações interiores	155	155
Equipamento de segurança	1	1
Activos em locação financeira	38	38
Outras imobilizações corpóreas	213	213
Imobilizações em curso	17	-
	<u>786</u>	<u>769</u>
<b>Amortizações acumuladas</b>		
Relativas ao exercício corrente	-	( 769)
Relativas a exercícios anteriores	( 769)	-
	<u>( 769)</u>	<u>( 769)</u>
	<u>17</u>	<u>-</u>

*Handwritten signature/initials*

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o exercício de 2014, são analisados como segue:

(milhares de Euros)

	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates	Regularizações/ Transferências	Saldo em 31 Dezembro
<b>Custo</b>					
Equipamento	-	-	-	-	-
Equipamento informático	264	-	-	-	264
Instalações interiores	155	-	-	-	155
Mobiliário e material	75	-	-	-	75
Equipamento de segurança	1	-	-	-	1
Máquinas e ferramentas	23	-	-	-	23
Activos em locação financeira	38	-	-	-	38
Outras imobilizações corpóreas	213	-	-	-	213
Imobilizações em curso	-	17	-	-	17
	<u>769</u>	<u>17</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>786</u>
<b>Amortizações acumuladas</b>					
Equipamento					
Mobiliário e material	( 75)	-	-	-	( 75)
Máquinas e ferramentas	( 23)	-	-	-	( 23)
Equipamento informático	( 264)	-	-	-	( 264)
Instalações interiores	( 155)	-	-	-	( 155)
Equipamento de segurança	( 1)	-	-	-	( 1)
Activos em locação financeira	( 38)	-	-	-	( 38)
Outras imobilizações corpóreas	( 213)	-	-	-	( 213)
	<u>( 769)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>( 769)</u>
	<u>-</u>				<u>17</u>

## 22 Impostos

As diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC, sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 o), são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 podem ser analisados como seguem:

(milhares de Euros)

	Activo		Passivo		Líquido	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Instrumentos financeiros	639	1 639	( 2 476)	-	( 1 837)	1 639
Provisões	6 185	4 902	-	-	6 185	4 902
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	<u>6 824</u>	<u>6 541</u>	<u>( 2 476)</u>	<u>-</u>	<u>4 348</u>	<u>6 541</u>

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os activos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, possam ser compensados activos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

Através da Lei n.º 82-B/2014, de 16 de Janeiro (Lei do Orçamento de Estado para 2015), foi reduzida a taxa de IRC, aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2015, de 23% para 21%, com impacto ao nível dos impostos diferidos apurados em 31 de Dezembro de 2014.

A taxa de imposto diferido é analisada como segue:

	2014 %	2013 %
Taxa de IRC <sup>(a)</sup>	21,0%	23,0%
Taxa de derrama municipal	1,5%	1,5%
Taxa de derrama estadual	7,0%	5,0%
Total <sup>(b)</sup>	<u>29,5%</u>	<u>29,5%</u>

<sup>(a)</sup> - Aplicável aos impostos diferidos associados a prejuízos fiscais;

<sup>(b)</sup> - Aplicável aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias.

O Montepio Investimento avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base a expectativa de lucros futuros tributáveis.



Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos em balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	(milhares de Euros)	
	2014	2013
Saldo inicial	6 541	4 777
Reconhecido em resultados	1 283	553
Reconhecidos em reservas de justo valor	( 3 476)	1 211
Saldo final (Activo / (Passivo))	4 348	6 541

O imposto reconhecido em resultados e reservas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 teve as seguintes origens:

	(milhares de Euros)			
	2014		2013	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas e resultados transitados	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas e resultados transitados
Instrumentos financeiros	-	( 3 476)	-	1 211
Provisões	1 283	-	553	-
Imposto diferido reconhecido proveito/ (custo)	1 283	( 3 476)	553	1 211
Imposto corrente reconhecido proveito/ (custo)	( 2 978)	-	( 1 534)	-
	( 1 695)	( 3 476)	( 981)	1 211

A variação de saldo dos impostos diferidos líquidos inclui os encargos de impostos diferidos do exercício reconhecidos em resultados, bem como as variações relevadas em capitais próprios, nomeadamente o os ganhos e perdas potenciais decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda.

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)				
	2014		2013	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		25 225		( 3 976)
Contribuição Extraordinária sobre o Sector Bancário		( 25)		( 24)
Resultado antes de impostos para reconciliação da taxa de imposto		25 200		( 4 000)
Taxa de imposto	23,0		25,0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto		5 796		( 994)
Custos não dedutíveis	35,4	( 8 918)	( 4,9)	194
Receitas isentas de imposto	( 10,8)	2 726	-	-
Prejuízo fiscal utilizado	20,1	( 5 062)	-	-
Tributação autónomas e outros impactos	0,0	( 2)	( 0,1)	4
Outros	( 7,6)	1 916	-	-
Alteração de taxa	( 7,3)	1 849	4,6	( 185)
Imposto do exercício	6,7	( 1 695)	24,5	( 981)

O Montepio Investimento reconheceu os seus impostos diferidos com base numa avaliação da sua recuperabilidade, tendo em conta a expectativa de lucros fiscais futuros. Na presente data não existem impostos diferidos não reconhecidos.

## 23 Outros activos

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)	
	2014
	2013
Outros devedores	1 079
Outros proveitos a receber	163
Despesas com custo diferido	15
Contas diversas	4 122
	5 379
	5 417
Imparidade para outros activos	( 1 054)
	( 1 054)
	4 325
	4 363

Os movimentos da imparidade para outros activos são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	2014	2013
Saldo em 1 de Janeiro	1 054	393
Dotação do exercício	-	661
Saldo em 31 de Dezembro	1 054	1 054

## 24 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)					
	2014			2013		
	Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
Recursos de instituições de crédito no país	-	200 006	200 006	-	410	410
	-	200 006	200 006	-	410	410

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito, pelo período remanescente das operações, é a seguinte:

	(milhares de Euros)	
	2014	2013
Indeterminado	-	410
Até 3 meses	200 006	-
	200 006	410

## 25 Responsabilidades representadas por títulos

A análise das Responsabilidades representadas por títulos, decompõe-se como segue:

	(milhares de Euros)	
	2014	2013
Papel comercial	7 208	50 424

O justo valor das responsabilidades representadas por títulos encontra-se apresentado na nota 31.

A duração residual da rubrica Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, é apresentada como segue:

	2014	2013
Até 6 meses	7 208	50 424

O movimento ocorrido durante o exercício de 2014 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

(milhares de Euros)

	Saldo em 1 de Janeiro	Emissões	Reembolsos	Compras (Líquidas)	Outros movimentos <sup>(a)</sup>	Saldo em 31 de Dezembro
Papel comercial	50 424	70 000	( 113 000)	-	( 216)	7 208
	<u>50 424</u>	<u>70 000</u>	<u>( 113 000)</u>	<u>-</u>	<u>( 216)</u>	<u>7 208</u>

<sup>(a)</sup> Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correções por operações de cobertura, correções de justo valor.

O movimento ocorrido durante o exercício de 2013 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

(milhares de Euros)

	Saldo em 1 de Janeiro	Emissões	Reembolsos	Compras (Líquidas)	Outros movimentos <sup>(a)</sup>	Saldo em 31 de Dezembro
Papel comercial	25 060	55 000	( 30 000)	-	364	50 424
	<u>25 060</u>	<u>55 000</u>	<u>( 30 000)</u>	<u>-</u>	<u>364</u>	<u>50 424</u>

<sup>(a)</sup> Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correções por operações de cobertura, correções de justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica Responsabilidades representadas por títulos é composta pelas seguintes emissões:

(milhares de euros)

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço
PAPEL COMERCIAL 9ª EMISSÃO	Mai.2014	Mai.2015	Euribor 6 meses reportada ao antepenúltimo dia útil anterior ao do início da contagem de juros, acrescida de 4,0%	<u>7 208</u>

Em 31 de Dezembro de 2014, o papel comercial vencia juros postecipados à taxa efectiva de 4,606% (2013: taxas efectivas compreendidas entre 4,32% e 4,39%).

## 26 Provisões

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	2014	2013
Provisões para riscos gerais de crédito	682	855
Provisões para outros riscos e encargos	312	586
	994	1 441

Os movimentos das provisões para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	2014	2013
Saldo em 1 de Janeiro	855	1 090
Dotação do exercício	-	124
Reversão do exercício	( 173)	( 359)
Saldo em 31 de Dezembro	682	855

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto nos Avisos n.º 3/95, de 30 de Junho, n.º 2/99 de 15 de Janeiro, e n.º 8/03 de 30 de Janeiro de 2003 do Banco de Portugal, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b).

Os movimentos das provisões para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	2014	2013
Saldo em 1 de Janeiro	586	-
Dotação do exercício	-	586
Reversão do exercício	( 274)	-
Saldo em 31 de Dezembro	312	586

## 27 Outros passivos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	2014	2013
Credores		
Fornecedores	193	134
Outros credores	7 408	11 429
Sector Público administrativo	724	478
Férias e subsídio de férias a pagar	61	-
Outros custos a pagar	406	62
Receitas antecipadas	4	-
Contas diversas	985	-
	<u>9 781</u>	<u>12 103</u>

A 31 de Dezembro de 2014, a rubrica Outros Credores inclui o valor de 6.917 milhares de Euros (2013: 3.607 milhares de Euros) de dívidas a liquidar à CEMG.

Adicionalmente, a 31 de Dezembro de 2013, a rubrica Outros Credores inclui o valor de Euros 1.465.000 relativo a sinais recebidos por conta da venda de Activos não correntes detidos para venda efectuada ao fundo Montepio Arrendamento II – Fundo de Arrendamento Imobiliário para Arrendamento Habitacional.

## 28 Capital

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o capital subscrito do Montepio Investimento ascende a 180.000 milhares de Euros e encontra-se integralmente realizado, sendo formado por 180.000.000 acções de valor nominal de 1 Euro.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Montepio Holding detém 100% das acções representativas do capital social do Montepio Investimento.

## 29 Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa o Montepio Investimento deverá reforçar anualmente a Reserva Legal com pelo menos 10% dos lucros anuais até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva, ser distribuída.

A variação da reserva legal é analisada na nota 30.

### 30 Reservas de reavaliação, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	2014	2013
<b>Reservas de reavaliação</b>		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Valor bruto	6 229	( 5 555)
Imposto	( 1 837)	1 639
Outros	1	1
	<u>4 393</u>	<u>( 3 915)</u>
<b>Outras reservas e resultados transitados</b>		
Reserva legal	8 614	8 614
Outras reservas	24 599	24 599
Resultados transitados	( 52 258)	( 47 301)
	<u>( 19 045)</u>	<u>( 14 088)</u>

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda líquidas de imparidade reconhecida em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores em conformidade com a nota 1 c).

A movimentação da reserva de justo valor em activos financeiros disponíveis para venda durante o exercício de 2014 é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)					
	Saldo em 1 de Janeiro	Reavaliação	Aquisições	Alienações	Variação de imparidade no exercício	Saldo em 31 de Dezembro
<b>Títulos de rendimento fixo</b>						
De emissores públicos						
Nacionais	-	7 920	681	( 935)	-	7 666
De outros emissores						
Nacionais	-	414	( 5)	-	-	409
	<u>-</u>	<u>8 334</u>	<u>676</u>	<u>( 935)</u>	<u>-</u>	<u>8 075</u>
<b>Títulos de rendimento variável</b>						
Acções						
Nacionais	-	21	( 18)	-	-	3
Unidades de participação	( 5 555)	1 501	( 153)	185	2 173	( 1 849)
	<u>( 5 555)</u>	<u>1 522</u>	<u>( 171)</u>	<u>185</u>	<u>2 173</u>	<u>( 1 846)</u>
	<u>( 5 555)</u>	<u>9 856</u>	<u>505</u>	<u>( 750)</u>	<u>2 173</u>	<u>6 229</u>

A movimentação da reserva de justo valor em activos financeiros disponíveis para venda durante o exercício de 2013 é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Saldo em 1 de Janeiro	Reavaliação	Aquisições	Alienações	Variação de imparidade no exercício	Saldo em 31 de Dezembro
<b>Títulos de rendimento variável</b>						
Unidades de participação	( 1 474)	( 741)	( 5 513)	-	2 173	( 5 555)
	<u>( 1 474)</u>	<u>( 741)</u>	<u>( 5 513)</u>	<u>-</u>	<u>2 173</u>	<u>( 5 555)</u>

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

(milhares de Euros)

	2014	2013
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	279 872	97 354
Imparidade acumulada reconhecida	-	( 2 173)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	279 872	95 181
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	286 101	89 626
Ganhos/ Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	<u>6 229</u>	<u>( 5 555)</u>

## 31 Justo valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respetivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as atuais condições da política de *pricing* do Montepio Investimento.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio. Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico do Montepio Investimento.

Os Activos e Passivos ao justo valor do Montepio Investimento são valorizados, de acordo com a nota 1 c). Conforme a referida política contabilística, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.



Conforme disposto na IFRS 13, os activos e passivos financeiros ao justo valor são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgados por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Os activos e passivos financeiros ao justo valor encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado ou *providers* e com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

- *Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito*

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

- *Activos financeiros disponíveis para venda*

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - Reuters e Bloomberg - mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projeção dos fluxos de caixa não determinísticos, como por exemplo os indexantes.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos *standard* (*Black-Scholes*, *Black*, *Ho* e outros) considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento

– *Créditos a clientes com maturidade definida*

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais do Montepio Investimento para cada uma das classes homogêneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do período) e o *spread* praticado à data de reporte, calculado através da média da produção do quarto trimestre de 2014.

– *Crédito a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes*

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições desta carteira são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

– *Responsabilidades representadas por títulos*

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

A decomposição dos principais ajustamentos aos valores de balanço dos activos e passivos financeiros do Montepio Investimento contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao justo valor é analisada como segue:

(milhares de Euros)

2014					
Negociação	Custo amortizado	Disponíveis para venda	Outros	Valor contabilístico	Justo valor
<b>Activos Financeiros</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	13 080	-	13 080	13 080
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	-
Crédito a clientes	-	76 961	-	76 961	76 961
Activos financeiros detidos para negociação	2 757	-	-	2 757	2 757
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	286 140	-	286 140	286 140
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	274	274	274
<b>2 757</b>	<b>90 041</b>	<b>286 140</b>	<b>274</b>	<b>379 212</b>	<b>379 212</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Recursos de outras instituições de crédito	-	200 006	-	200 006	200 006
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	7 208	7 208	7 000
<b>-</b>	<b>200 006</b>	<b>-</b>	<b>7 208</b>	<b>207 214</b>	<b>207 006</b>

*Handwritten signature/initials*

(milhares de Euros)

	2013				
	Custo amortizado	Disponíveis para venda	Outros	Valor contabilístico	Justo valor
<b>Activos Financeiros</b>					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	6 409	6 409	6 409
Crédito a clientes	96 767	-	-	96 767	100 229
Activos financeiros disponíveis para venda	-	89 626	-	89 626	89 626
	<u>96 767</u>	<u>89 626</u>	<u>6 409</u>	<u>192 802</u>	<u>196 264</u>
<b>Passivos financeiros</b>					
Recursos de outras instituições de crédito	410	-	-	410	410
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	50 424	50 424	50 497
	<u>410</u>	<u>-</u>	<u>50 424</u>	<u>50 834</u>	<u>50 907</u>

## 32 Transacções com partes relacionadas

O conjunto de empresas consideradas como partes relacionadas pelo Montepio Investimento, é apresentado como segue:

### Conselho de Administração:

António Tomás Correia  
José Carlos Mateus  
Pedro Coelho Pires  
Pedro Almeida Ribeiro  
Luís Filipe dos Santos Costa

### Accionista:

Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.

### Outras partes relacionadas:

Banco Montepio Geral - Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (I.F.I.)  
Banco Terra, S.A.  
Bem Comum, Sociedade Capital de Risco, S.A.  
Bolsino - Gestão de Activos, S.A.  
Carteira Imobiliária - FEIIA  
Clínica CUF Belém, SA  
Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A.  
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.  
Finibanco Angola, S.A.  
Finibanco Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.  
Finipredial - Fundo de investimento Imobiliário Aberto  
Fundação Montepio Geral  
Fundo de Pensões Montepio  
Fundo de Pensões Viva  
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.  
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.  
HTA - Hóteis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.  
Iberpartners Cafés - S.G.P.S., S.A.  
Leacock, Lda  
Lestinvest, S.G.P.S., S.A.  
Lusitânia Vida, Companhia de Seguros, S.A.

Lusitânia, Companhia de Seguros, S.A.  
Lykeion - Centro de Conhecimento Unipessoal, Lda  
MG Investimentos Imobiliários, S.A.  
Moçambique Companhia de Seguros, SARL  
Montepio - Capital de Risco, SCR, S.A.  
Montepio Arrendamento - FIIAH  
Montepio Arrendamento II - FIIAH  
Montepio Arrendamento III - FIIAH  
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.  
Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I., S.A.  
Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE  
Montepio Imóveis - Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.  
Montepio Investimento, S.A.  
Montepio Mediação - Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.  
Montepio Recuperação de Crédito, ACE  
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.  
Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.  
N Seguros, S.A.  
Naviser - Transportes Marítimos Internacionais, S.A.  
NEBRA, Energias Renováveis, S.L.  
Nova Câmbios, S.A.  
OBOL Invest  
PEF - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado  
Pinto & Bulhosa, S.A.  
Polaris - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado  
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.  
Sagies, S.A.  
SIBS - SGPS, S.A.  
Silvip, S.A.  
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.  
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.

À data de 31 de Dezembro de 2014, os débitos e créditos detidos pelo Montepio Investimento sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Disponibilidades em IC's, Outros activos, Responsabilidades representadas por títulos, Recursos de outras IC's e Outros passivos são analisados como segue:

(milhares de Euros)

Empresas	2014				
	Disponibilidades em IC's	Outros activos	Reponsabilidades representadas por títulos	Recursos de outras IC's	Outros passivos
Caixa Económica Montepio Geral	6 740	-	-	200 000	6 895
CA Imobiliário	-	50	-	-	-
	<u>6 740</u>	<u>50</u>	<u>-</u>	<u>200 000</u>	<u>6 895</u>

À data de 31 de Dezembro de 2013, os débitos e créditos detidos pelo Montepio Investimento sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Disponibilidades em IC's, Outros activos, Responsabilidades representadas por títulos, Recursos de outras IC's e Outros passivos são analisados como segue:

(milhares de Euros)

Empresas	2013				
	Disponibilidades em IC's	Outros activos	Reponsabilidades representadas por títulos	Recursos de outras IC's	Outros passivos
Caixa Económica Montepio Geral	6 409	-	50 424	410	4 284
Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.	-	383	-	-	-
Montepio Arrendamento II	-	2 410	-	-	-
	<u>6 409</u>	<u>2 793</u>	<u>50 424</u>	<u>410</u>	<u>4 284</u>

À data de 31 de Dezembro de 2014, os proveitos e custos do Montepio Investimento sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e encargos similares, Juros e rendimentos similares e Encargos com serviços e comissões, são analisados como segue:

(milhares de Euros)

Empresas	2014				
	Juros e encargos similares	Juros e rendimentos similares	Encargos com serviços e comissões	Rendimentos com serviços e comissões	Gastos gerais administrativos
Caixa Económica Montepio Geral	1 758	10	2	-	-
CA Imobiliário	-	-	-	200	808
	<u>1 758</u>	<u>10</u>	<u>2</u>	<u>200</u>	<u>808</u>

*Handwritten signature/initials*

À data de 31 de Dezembro de 2013, os proveitos e custos do Montepio Investimento sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e encargos similares, Juros e rendimentos similares e Encargos com serviços e comissões, são analisados como segue:

(milhares de Euros)

Empresa	2013		
	Juros e encargos similares	Juros e rendimentos similares	Encargos com serviços e comissões
Caixa Económica Montepio Geral	890	7	2
	890	7	2

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão bem como as transacções efectuadas com os mesmos, constam na nota 9.

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

### 33 Gestão de riscos

O Montepio Investimento está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade.

A política de gestão de risco do Montepio Investimento visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a actividade do Montepio Investimento.

A Direcção de Risco (“DRI”) da CEMG assegura a análise e controlo dos riscos de um modo integrado, através de quatro departamentos / áreas:

- Departamento de Modelização de Riscos: responsável pelo desenvolvimento e integração nos processos de decisão dos modelos internos de análise de risco de crédito, assim como pelo apuramento do nível de imparidade da carteira de crédito;
- Departamento de Riscos Globais: assegura a análise e reporte prudencial e interno dos riscos de mercado, taxa de juro, cambial e de liquidez, assim como a respectiva integração nos processos de decisão da sala de mercados;
- Departamento de Riscos de Negócio: responsável pela função de gestão dos riscos de crédito e operacional; e

- Núcleo de Rating de Empresas: responsável pela integração das demonstrações financeiras nas aplicações informáticas da Instituição, pela classificação de risco dos clientes dos segmentos de empresas e negócios e por desenvolver e aplicar metodologias de atribuição de limites de exposição a empresas.

A DRI assegura a análise e gestão dos riscos de Mercado, de Liquidez, de Taxa de Juro, de Crédito e Operacional, prestando aconselhamento ao Conselho de Administração, designadamente através da proposta de normativos e de modelos de gestão dos diferentes riscos, da elaboração de reportes de gestão que servem de base à tomada de decisão e da realização do Comité de Risco e do Comité de Controlo Interno.

A DRI assegura igualmente o cumprimento de um conjunto de reportes prudenciais à autoridade de supervisão, designadamente nos domínios dos requisitos de fundos próprios, controlo de grandes riscos e financiamentos a partes relacionadas, risco de liquidez, risco de taxa de juro, risco-país, risco de contraparte, auto-avaliação da adequação de Fundos Próprios, Disciplina de Mercado, Plano de Recuperação e Plano de Resolução.

Ainda no âmbito da gestão de riscos, a DRI:

- Define e propõe a adopção de normativos e outros instrumentos de apoio à decisão de crédito, nomeadamente propondo o ajustamento das Normas de Concessão de Crédito, em função da evolução da actividade, das condições de mercado e da prática da concorrência;
- Concebe, desenvolve e monitoriza o desempenho de modelos de scoring e *rating* internos, na originação de crédito, bem como de sistemas de acompanhamento de risco de crédito;
- Propõe princípios orientadores e medidas de intervenção por carteira de crédito, segmento de cliente, sector de actividade e linha de crédito, bem como ajustamento do preçário das operações de crédito ao risco, em obediência às linhas de orientação estratégica definidas;
- Emite pareceres sobre normas de procedimentos, novos produtos de crédito, linhas de financiamento e sobre a revisão dos existentes;
- Integra os sistemas internos de avaliação do risco operacional adaptados às exigências de Supervisão;
- Fornece informação para apoio à decisão quanto à definição e implementação de estratégias de gestão dos riscos e definição do regulamento da Sala, atendendo às decisões tomadas no âmbito do Órgão de Gestão de Activos e Passivos e às perspectivas de evolução dos mercados de activos relevantes para a actividade das entidades do Grupo e prestar apoio técnico, quando solicitado;
- Disponibiliza informação sobre a análise de risco do Montepio Investimento, bem como sobre a evolução dos mercados de activos onde se concentram os seus principais riscos, para apresentação a agências de *Rating*, a investidores institucionais, auditores externos, autoridades de supervisão e inclusão nos Relatórios e Contas; e
- Produz análises estatísticas sobre o risco de crédito de carteiras a integrar em operações de titularização, incidindo nomeadamente sobre frequências relativas de incumprimento e severidade de perda.



Adicionalmente, no âmbito da gestão do risco de crédito, a Direcção de Análise de Crédito ("DAC") da CEMG assegura a apreciação das propostas de crédito de empresas e particulares.

No plano regulamentar, foram desenvolvidos os reportes previstos nos Pilar II - Adequação de Capital, e Pilar III - Disciplina de Mercado. Ao abrigo do Pilar II foram reportados ao Banco de Portugal os relatórios do Processo de Auto-Avaliação do Capital Interno ("ICAAP") e de Risco de Concentração, conforme Instrução n.º 5/2011 de 15 de Março do Banco de Portugal. Os resultados dos relatórios apontam para a solidez dos níveis de capital, face aos riscos com maior materialidade e à potencial evolução adversa dos principais indicadores macroeconómicos. Ao nível do Risco de Concentração verifica-se uma evolução adequada nos principais tipos de concentração - Sectorial, Individual e Geográfica, com destaque para a redução progressiva no sector da construção. No âmbito do Pilar III, foi divulgado publicamente o relatório de Disciplina de Mercado, detalhando os tipos e níveis de risco incorridos na actividade, bem como os processos, estrutura e organização da gestão de risco.

O Grupo CEMG tem acompanhado e implementado as recomendações do Comité de Basileia ao nível da nova legislação prudencial, usualmente designada por Basileia III, tendo por referência a implementação do Regulamento nº 575/2013 do Parlamento Europeu, nomeadamente no que se refere a níveis de liquidez, avaliação dos fundos próprios e apuramento dos requisitos de capital. O grupo CEMG mantém a sua participação regular nos Estudos de Impacto Quantitativo (QIS) de Basileia III, bem como nos estudos de impacto da CRR/ CRD IV desenvolvidos pelo Banco de Portugal de acordo com as orientações da European Bank Association (EBA). Estas participações têm permitido ao grupo CEMG antecipar os impactos da adopção das novas normas regulamentares, quer ao nível da liquidez, quer ao nível do capital prudencial. Os referidos documentos relativos às novas normas regulamentares de Basileia III foram já transpostos para a legislação nacional, sendo que o primeiro reporte oficial de acordo com as novas regras foi realizado com referência a Março 2014 e posteriormente nos trimestres seguintes.

### ***Principais Tipos de Risco***

**Crédito** – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

**Mercado** – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

**Liquidez** – O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Grupo cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

**Imobiliário** - O risco imobiliário resulta de possíveis impactos negativos nos resultados ou nível de capital do Grupo, devido a oscilações no preço de mercado dos bens imobiliários.

**Operacional** – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

## **Organização Interna**

O Conselho de Administração Executivo da CEMG, no exercício das suas funções, é responsável pela estratégia e pelas políticas a adoptar relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pela DRI, que analisa e assegura a gestão dos riscos, numa óptica de grupo, incluindo a coordenação do Comité de Riscos e Controlo Interno e o reporte ao nível do Comité de Activos e Passivos (“ALCO”) e do Comité de Informática, ao nível do Grupo CEMG.

A Direcção de Auditoria e Inspecção, como órgão de apoio ao Conselho de Administração Executivo, tem como principais competências apreciar os relatórios sobre o sistema de controlo interno a remeter anualmente ao Banco de Portugal, de verificar o cumprimento e observância da legislação em vigor, por parte das diferentes unidades orgânicas, e identificar as áreas de maior risco, apresentando ao Conselho de Administração Executivo as suas conclusões.

Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou acções, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

A Sala de Mercados colabora com a DRI, de forma a efectuar-se a medição e o controlo do risco das operações e das carteiras, bem como o adequado acompanhamento das posições dos riscos globais do Grupo CEMG.

No que diz respeito ao risco de *compliance*, é da competência do *Head of Compliance*, na dependência do Conselho de Administração Executivo assegurar o seu controlo, identificar e avaliar as diversas situações que concorrem para o referido risco, designadamente em termos de transacções/actividades, negócios, produtos e órgãos de estrutura.

Neste âmbito, também a Direcção de Auditoria e Inspecção avalia o sistema de controlo interno, identificando as áreas de maior relevância/risco, visando a eficácia da governação.

## **Avaliação de riscos**

### **Risco de Crédito - Retalho**

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. Assim, o processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de clientes Particulares e Negócios e de *rating* para o segmento de Empresas.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. Existem modelos de *scoring* reactivo para as principais carteiras de crédito a particulares, designadamente crédito à habitação e crédito individual, contemplando a necessária segmentação entre clientes e não clientes (ou clientes recentes). Ainda no âmbito do crédito a particulares, a actuação comercial e a análise de risco são apoiadas complementarmente por *scorings* comportamentais.

No domínio do crédito a empresas, são utilizados modelos de *rating* interno para empresas de média e grande dimensão, diferenciando o sector da construção dos restantes sectores de actividade, enquanto para clientes Empresários em nome individual (“ENI’s”) e Microempresas é aplicado o modelo de *scoring* de Negócios.





Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Montepio Investimento ao risco de crédito:

	(milhares de Euros)	
	2014	2013
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13 080	6 409
Crédito a clientes	79 961	96 767
Activos financeiros disponíveis para venda	186 969	-
Outros activos	4 310	4 363
	<u>284 320</u>	<u>107 539</u>

A repartição por sectores de actividade, para o exercício findo em 2014, encontra-se apresentada como segue:

	2014			
Sector de actividade	Crédito a clientes		Activos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto	Imparidade <sup>(a)</sup>	Valor bruto	Imparidade
Agricultura, silvicultura e pesca	1 440	225	-	-
Indústrias extractivas	1 777	242	-	-
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	1 804	282	-	-
Têxteis e vestuário	1 942	629	-	-
Curtumes e calçado	222	70	-	-
Madeira e cortiça	619	55	-	-
Papel e indústrias gráficas	2 500	590	-	-
Produtos químicos e de borracha	1 703	464	-	-
Produtos minerais não metálicos	610	464	-	-
Indústrias metalúrgicas de base e produtos metálicos	4 848	1 807	-	-
Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos eléctricos	608	39	-	-
Fabricação de material de transporte	401	119	-	-
Outras indústrias transformadoras	2 614	420	-	-
Electricidade, gás e água	4	5	-	-
Construção e obras públicas	7 315	2 789	-	-
Comércio por grosso e a retalho	17 213	4 334	-	-
Turismo	3 743	890	-	-
Transportes	968	671	-	-
Actividades de informação e comunicação	315	145	-	-
Actividades financeiras	97	14	-	-
Actividades imobiliárias	15 546	2 373	-	-
Serviços prestados às empresas	4 037	1 023	-	-
Administração e serviços públicos	1 503	16	161 970	-
Outras actividades de serviços colectivos	11 034	435	-	-
Crédito à habitação	13 522	2 205	-	-
Outros	551	351	24 999	-
<b>Total</b>	<u>96 936</u>	<u>20 657</u>	<u>186 969</u>	<u>-</u>

<sup>(a)</sup> inclui a provisão para imparidade no montante de Euros 19 975 000 (ver nota 16) e a provisão para riscos gerais de crédito no montante de Euros 682 000 (ver nota 26).

A repartição por sectores de actividade, para o exercício findo em 2013, encontra-se apresentada como segue:

(milhares de Euros)

Sector de actividade	2013			
	Crédito a clientes		Activos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto	Imparidade <sup>(a)</sup>	Valor bruto	Imparidade
Agricultura, silvicultura e pesca	553	31	-	-
Indústrias extractivas	1 679	49	-	-
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	2 554	135	-	-
Têxteis e vestuário	2 258	659	-	-
Curtumes e calçado	249	72	-	-
Madeira e cortiça	609	58	-	-
Papel e indústrias gráficas	2 627	436	-	-
Produtos químicos e de borracha	2 566	346	-	-
Produtos minerais não metálicos	937	382	-	-
Indústrias metalúrgicas de base e produtos metálicos	5 521	1 011	-	-
Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos eléctricos	706	36	-	-
Fabricação de material de transporte	536	129	-	-
Outras indústrias transformadoras	2 937	248	-	-
Electricidade, gás e água	5	5	-	-
Construção e obras públicas	8 853	2 613	-	-
Comércio por grosso e a retalho	19 020	2 826	-	-
Turismo	3 593	496	-	-
Transportes	1 495	662	-	-
Actividades de informação e comunicação	494	91	-	-
Actividades financeiras	126	15	91 799	2 173
Actividades imobiliárias	16 946	1 159	-	-
Serviços prestados às empresas	4 697	876	-	-
Administração e serviços públicos	1 754	18	-	-
Outras actividades de serviços colectivos	11 014	495	-	-
Crédito à habitação	12 567	1 392	-	-
Outros	7 649	1 793	-	-
<b>Total</b>	<b>111 945</b>	<b>16 033</b>	<b>91 799</b>	<b>2 173</b>

<sup>(a)</sup> inclui a provisão para imparidade no montante de Euros 15.178.000 (ver nota 16) e a provisão para riscos gerais de crédito no montante de Euros 855.000 (ver nota 26).

No que respeita a risco de crédito, a carteira de activos financeiros mantém a sua posição predominantemente em unidades de participação em fundos de investimento.

#### Riscos Globais e em Activos Financeiros

A gestão eficaz do balanço envolve também o Comité de Activos e Passivos (“ALCO”), comité onde se procede à análise dos riscos de taxa de juro, liquidez e cambial, designadamente no tocante à observância dos limites definidos para os *gaps* estáticos e dinâmicos calculados.

Tipicamente, são observados *gaps* estáticos positivos de taxa de juro e *mismatches* dinâmicos de liquidez positivos. Ao nível do risco cambial, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de activos no mercado monetário respectivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os *gaps* cambiais existentes decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos.

No que respeita a informação e análise de risco, é assegurado o reporte regular sobre os riscos de crédito e de mercado das carteiras de activos financeiros próprias e das diversas entidades do Grupo. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco, utilizando-se para o efeito a metodologia de *Value-at-Risk* (“VaR”). Existem diferentes limites de exposição incluindo limites globais de VaR, por Emitente, por tipo/classe de activo e *rating*. São ainda definidos limites de *Stop Loss*.

O Grupo CEMG calcula de forma regular o VaR da sua carteira de negociação sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um nível de significância de 99%, pelo método da simulação histórica.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução n.º 19/2005 de 15 de Junho, do Banco de Portugal, o Grupo CEMG calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* ("BIS") classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

#### *Risco de Liquidez*

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado atentamente, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de regulamentação prudencial e para acompanhamento em sede de comité ALCO.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal (Instrução n.º 13/2009 de 15 de Setembro).

#### *Risco Operacional*

Encontra-se implementado um sistema de gestão de risco operacional que se baseia na identificação, avaliação, acompanhamento, medição, mitigação e reporte deste tipo de risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada na DRI exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos.

#### *Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade*

Em termos prudenciais, o Montepio Investimento está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais (2013/36/UE), estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam rácios mínimos de fundos próprios principais de nível 1, fundos próprios de nível 1 e de fundos próprios totais em relação aos activos ponderados pelo risco, os quais deverão ser cumpridos pelas instituições. Desde o ano de 2014 as indicações prudenciais baseiam-se na nova legislação de Basileia III de acordo com o Regulamento n.º 575/2013 do Parlamento Europeu.

De acordo com as regras prudenciais de Basileia III, os Fundos Próprios do Montepio Investimento dividem-se em Fundos Próprios Principais de Nível 1 ou *Common Equity Tier 1* (CET1), Fundos Próprios de Nível 1 ou *Tier 1* (T1) e Fundos Próprios de Nível 2 ou *Tier 2* (T2), com a seguinte composição:

- **Fundos Próprios Principais de Nível 1 ou *Common Equity Tier 1* (CET1):** Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (incluindo as reservas de justo valor), os resultados transitados, os resultados retidos do período quando positivos e certificados ou pela totalidade se negativos. É deduzido o valor de balanço dos montantes relativos a *goodwill* apurado, outros activos intangíveis, ganhos não realizados em passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados que representem risco de crédito próprio, desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados (já incluídos em resultados transitados), bem como a diferença, se positiva, entre o activo e as responsabilidades do fundo de pensões. As participações financeiras em entidades do sector financeiro e os activos por impostos diferidos têm tratamento diferenciado, face a Basileia II, na nova regulamentação de Basileia III. São deduzidos os valores destas rubricas que individualmente sejam superiores a 10% do CET1, ou posteriormente a 17,65% do CET1 quando consideradas em agregado (apenas na parte não deduzida na primeira barreira de 10% e considerando apenas as participações significativas). Os valores não deduzidos estarão sujeitos a ponderação de 250% para o total dos activos ponderados pelo risco. Relativamente às participações em instituições financeiras, a eventual dedução é realizada proporcionalmente nos correspondentes níveis de capitais detidos. Entre a implementação desta nova regulamentação prudencial em 2014 e 2018 irá vigorar um período transitório que permitirá o reconhecimento gradual dos maiores impactos desta nova regulamentação. Destaque para o plano transitório aplicado aos activos por impostos diferidos e desvio actuarial negativo do fundo de pensões que permite ir reconhecendo 20% ao ano os eventuais efeitos negativos das novas normas. Também as reservas de justo valor estão sujeitas a plano transitório de 20% ao ano, estando contudo excluídas deste plano as reservas de justo valor relativas a posições em risco sobre Administrações Centrais. Esta exclusão deixará de vigorar após a adoção pela Comissão Europeia de um regulamento com base no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 que aprove a Norma Internacional de Relato Financeiro que venha a substituir a norma IAS 39.
- **Fundos Próprios de Nível 1 ou *Tier 1* (T1):** Incorpora instrumentos equiparados a capital, cujas condições sejam de acordo com o artigo 52º do Regulamento n.º 575/2013 e aprovadas pelo Banco de Portugal. A este capital são deduzidas as eventuais detenções de capital T1 de instituições financeiras sujeitas a dedução.
- **Fundos Próprios de Nível 2 ou *Tier 2* (T2):** Incorpora instrumentos equiparados a capital, cujas condições sejam de acordo com o artigo 63º do Regulamento n.º 575/2013 e aprovadas pelo Banco de Portugal. A este capital são deduzidas as eventuais detenções de capital T2 de instituições financeiras sujeitas a dedução.

Os Fundos Próprios Totais ou Capital Total são constituídos pela soma dos três níveis de capital referidos anteriormente.

Tal como referido anteriormente, até 2018 os efeitos da nova regulamentação de Basileia III irão sendo gradualmente introduzidos. Este processo usualmente designa-se por *Phasing-in*. A assunção total da nova regulamentação, sem considerar planos transitórios é designada por *Full Implementation*. Actualmente encontra-se em vigor o processo *Phasing-in*, sendo nesta base que é verificado se determinada entidade dispõe de fundos próprios num montante não inferior ao dos respectivos requisitos de fundos próprios, certificando assim a adequação do seu capital. Esta relação é reflectida nos diferentes rácios de capital, nomeadamente o rácio CET1, rácio T1 e rácio de capital total (antes designado por rácio de solvabilidade, representado pelo correspondente nível de capital em percentagem do montante correspondente a 12,5 vezes dos requisitos de fundos próprios). Para estes rácios são indicados mínimos regulamentares pelo Banco de Portugal, tendo sido determinados para 2014 os rácios mínimos de 7% para o CET1 e de 8% para o Capital total.

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital do Montepio Investimento para 31 de Dezembro de 2014 e 2013, apresenta-se como segue:

	(milhares de Euros)	
	2014	2013
<b>Capital Common Equity Tier 1</b>		
Capital realizado	180 000	180 000
Resultados, Reservas e Resultados não distribuídos	( 21 314)	( 14 088)
Outros ajustamentos regulamentares	( 1 892)	( 10 554)
	<u>156 794</u>	<u>155 358</u>
<b>Capital Tier 1</b>		
Outros instrumentos de capital	-	-
Ajustamentos regulamentares	-	-
	<u>156 794</u>	<u>155 358</u>
<b>Capital Tier 2</b>		
Ajustamentos regulamentares	-	( 3 609)
	<u>-</u>	<u>( 3 609)</u>
Fundos próprios totais	<u>156 794</u>	<u>151 749</u>
<b>Requisitos de Fundos Próprios</b>		
Risco de crédito	20 477	19 188
Riscos de mercado	470	-
Risco operacional	1 261	819
Outros requisitos	907	-
	<u>23 115</u>	<u>20 007</u>
<b>Rácios Prudenciais</b>		
Rácio Common Equity Tier 1	54,3%	62,1%
Rácio Tier 1	54,3%	62,1%
Rácio de Capital Total	54,3%	60,7%

Os valores referentes a 31 de Dezembro de 2013 foram calculados de acordo com as normas prudenciais em vigor em 31 de Dezembro de 2013.

## 34 Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

### Normas, alterações e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Montepio Investimento aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

#### **IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas**

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efectiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as actividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe. A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adopção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

O Montepio Investimento não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

#### **IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas**

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as actividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre activos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e (ii) incrementam-se as

divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

O Montepio Investimento não teve qualquer impacto decorrente desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

#### **IFRS 11 - Acordos Conjuntos**

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova norma, que veio revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

O Montepio Investimento não teve qualquer impacto decorrente desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

#### **IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos**

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efectiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fossem imperativamente aplicáveis após 1 de Janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

O Montepio Investimento não teve qualquer impacto decorrente desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

#### **IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades**

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

O objectivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: (i) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; (ii) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

O Montepio Investimento analisou os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adopção das IFRS 10 e IFRS 11, não tendo tido qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

#### **Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de Outubro de 2012)**

As alterações efectuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como uma entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objectivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2014, com uma adopção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1174/2013, de 20 de Novembro.

O Montepio Investimento não teve qualquer impacto decorrente desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

#### **IAS 36 (Alterada) - Imparidade de Activos: Divulgação da Quantia Recuperável dos Activos Não-Financeiros**

O IASB, emitiu em 29 de Maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 19 de Dezembro.

O objectivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos activos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a activos com imparidade.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Montepio Investimento.

#### **IAS 39 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura**

O IASB, emitiu em 27 de Junho de 2013, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1375/2013, de 19 de Dezembro.

O objectivo destas alterações foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação (“clearing counterparty”) em



consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação (“novação”) que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.

O Montepio Investimento não teve qualquer impacto decorrente desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

### **IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros**

O IASB emitiu, em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciassem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

O Montepio Investimento não teve qualquer impacto decorrente desta alteração, tendo em conta que a política contabilística adoptada encontra-se em linha com a orientação emitida.

### **IFRIC 21 – Taxas**

O IASB, emitiu em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta interpretação foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 634/2014, de 13 de Junho (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após 17 de Junho de 2014).

Esta nova interpretação define taxas (“Levy”) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o evento específico que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Esta interpretação não teve quaisquer impactos nas demonstrações financeiras do Montepio Investimento.

O Montepio Investimento decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adoptadas pela União Europeia:

### **IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados**

O IASB, emitiu em 21 de Novembro de 2013, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efectuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efectuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo uma percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

### **Melhoramentos às IFRS (2010-2012)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

### **IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (“vesting”)**

A alteração clarifica a definição de condição de aquisição (“vesting”) contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Acções, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da “condição de aquisição”, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

### **IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais**

O objectivo da alteração visa clarificar certos aspectos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um activo ou passivo não-financeiro.

### **IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos activos dos segmentos reportáveis e os activos da empresa**

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os factores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos activos dos segmentos reportáveis para o total dos activos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

### **IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo**

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor actual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja factura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

### **IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada**

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da selecção da técnica de valorização; e (ii) a



## **IAS 24 – Transacções com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão**

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

## **Melhoramentos às IFRS (2011-2013)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1361/2014, de 18 de Dezembro (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Janeiro de 2015).

## **IFRS 1 – Conceito de “IFRS efectivas”**

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

## **IFRS 3 – Excepções ao âmbito de aplicação para *joint ventures***

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal excepção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

## **IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – excepção de portefólios**

O Parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma excepção para mensurar o justo valor de grupos de activos ou passivos na base líquida. O objectivo desta alteração consiste na clarificação que a excepção de portefólios se aplica a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de activo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

## **IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio**

O objectivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um activo, de um grupo de activos ou de uma concentração de uma actividade operacional abrangida pela IFRS 3.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para o Montepio Investimento

**IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)**

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de activos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de activos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos actuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos activos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de activos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um activo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afectar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada acção, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os activos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um activo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias actualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com excepção desta alteração, a IFRS 9 na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o actual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39. Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um activo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses. No caso de o risco de crédito tiver aumentado significativamente, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respectiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que actualmente se designa por “prova objectiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afectada directamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respectivo juro.

A IFRS 9, será de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018. O Montepio Investimento iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das actividades do Montepio Investimento, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras do Montepio Investimento.

#### **IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes**

O IASB, emitiu, em Maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2017. A sua adopção antecipada é permitida. Esta norma veio revogar as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transacções de Troca Directa Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

O Montepio Investimento não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

#### **Melhoramentos às IFRS (2012-2014)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de Setembro de 2014 introduziram alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19, IAS 34.

O Montepio Investimento não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

#### **IAS 27: Método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas**

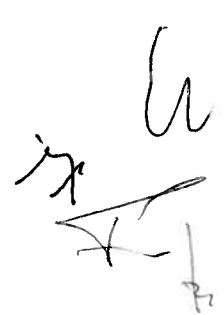
O IASB, emitiu, em 12 de Agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efectiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração

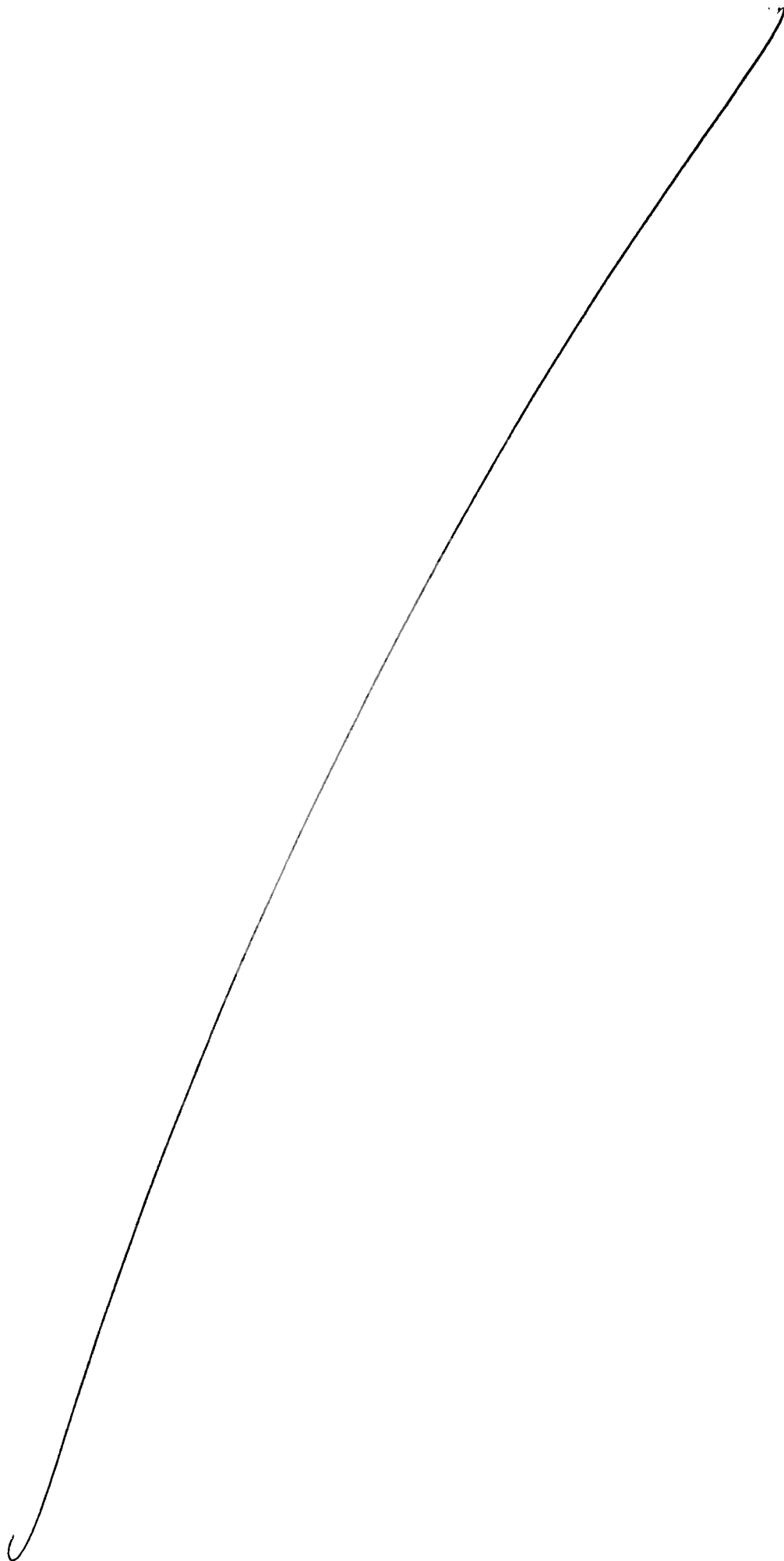
de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

O Montepio Investimento ainda não tomou qualquer decisão sobre uma eventual adopção esta opção nas suas contas separadas.

## 35 Eventos subsequentes

Após a data de balanço e antes das Demonstrações Financeiras terem sido autorizadas para emissão, não se verificaram transacções e/ou acontecimentos relevantes que mereçam relevância de divulgação.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.









**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: [www.kpmg.pt](http://www.kpmg.pt)

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras do **Montepio Investimento, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 407.732 milhares de euros e um total de capital próprio de 188.878 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 23.530 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA's"), conforme estabelecidas pelo Banco de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, o rendimento integral as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

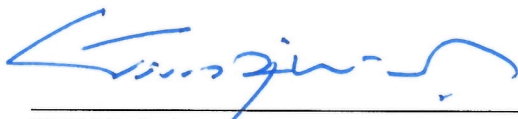
### **Opinião**

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Montepio Investimento, S.A.** em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios no exercício findo naquela data, em conformidade com as NCA's, conforme definidas pelo Banco de Portugal.

### **Relato sobre outros requisitos legais**

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 15 de Maio de 2015



---

**KPMG & Associados**

**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**

representada por

Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)

## **Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**

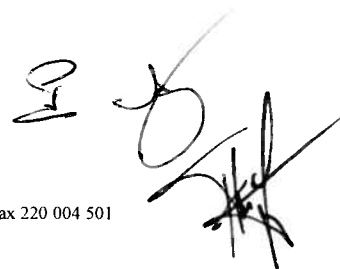
Excelentíssimos Senhores Accionistas do  
Montepio Investimento, S.A.:

## **1 - INTRODUÇÃO**

- 1.1 Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que nos foi conferido, compete-nos elaborar e submeter à apreciação de V. Exas. o relatório da nossa acção fiscalizadora e o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão, e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2014, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração e ainda emitir a nossa apreciação sobre o desempenho da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

## **2. - RELATÓRIO**

- 2.1 O Conselho Fiscal reuniu com regularidade, pelo menos mensalmente, e acompanhou a evolução da Instituição, nomeadamente através dos contactos com membros do Conselho de Administração da Sociedade e com os principais responsáveis pelos Serviços, de quem recebeu todas as informações que se tornaram necessárias.
- 2.2 Periodicamente foram-nos disponibilizados Mapas Financeiros, através dos quais foi possível tomar conhecimento das variações patrimoniais ocorridas.
- 2.3 No desempenho do seu cargo, o Conselho Fiscal procedeu, também, às verificações que por lei lhe estão cometidas, não lhe tendo sido criados quaisquer constrangimentos, o que realça com satisfação.
- 2.4 De igual modo, este órgão acompanhou a actividade desenvolvida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a qual avalia positivamente, sem prejuízo da necessidade de aperfeiçoamento de determinados procedimentos de comunicação e facilitação de informação a este órgão, notas estas já oportunamente conversadas entre as duas partes.
- 2.5 O Conselho Fiscal elaborou, ainda, o parecer previsto no Aviso nº 5 de 2008 do Banco de Portugal, acerca do Sistema de Controlo Interno, em articulação com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com o Conselho de Administração e com os diversos serviços do Banco.



- 2.6 O Conselho Fiscal analisou os documentos de prestação de contas e a certificação legal das contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sem reservas e sem ênfases, tendo também apreciado a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório do Conselho de Administração.

### 3 - PARECER

- 3.1 Face ao que precede, o Conselho Fiscal é de opinião que os citados documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração e a correspondente proposta de aplicação de resultados merecem ser aprovados.
- 3.2 Que devem proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tirem as conclusões referidas no nº 2 do artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 18 de Maio de 2015

#### O Conselho Fiscal

Presidente

  
Norberto da Cunha Junqueira Fernandes Félix Pilar

Vogal efectivo

  
António Monteiro de Magalhães

Vogal efectivo

  
Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes



## **Anexos**

### **Participações dos Membros dos Órgãos de Administração**

Nos termos e para os efeitos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e do n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008, informa-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detinham quaisquer ações ou obrigações do Montepio Investimento, S.A. em 31 de dezembro de 2014, nem efetuaram qualquer movimento durante o período em causa.

### **Lista de Titulares de Participações Qualificadas**

Nos termos do Regulamento n.º 5/2008 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e do n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, em 31 de dezembro de 2014, a totalidade do capital social do Montepio Investimento, S.A. estava na posse da Caixa Económica Montepio Geral.

### **Ações Próprias Detidas em 31 de dezembro de 2014**

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, em 31.12.2014, o Montepio Investimento, S.A. não detinha ações próprias nem fez qualquer movimento durante o período em análise.



